Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

**Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela**

**Realizada no dia 29 de setembro de 2016**

**Ata N.º 27**

No dia vinte e nove de setembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e quarenta e nove minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**PONTO UM –** Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

**PONTO DOIS –** 2ª Revisão ao Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019;

**PONTO TRÊS –** Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes intermédios – designação de elementos a integrar os respetivos júris;

**PONTO QUATRO –** Regulamento de horários de funcionamento dos estabelecimentos do Município de Palmela;

**PONTO CINCO** – Acordo de Cooperação entre o Município de Palmela e a Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira;

**PONTO SEIS** – Desafetação do domínio público municipal para constituição de direito de superfície a favor da Autoridade Nacional de Proteção Civil;

**PONTO SETE** – Desafetação do domínio público e cedência em regime de comodato para o Núcleo da Liga dos Combatentes do Pinhal Novo;

**PONTO OITO –** Ampliação da Escola Básica Matos Fortuna e constituição de direito de superfície a favor do Quintajense Futebol Clube;

**PONTO NOVE** – Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação; Reqte: Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira; Procº E-938/2016; Local: Rua José Afonso, 31 – Pinhal Novo;

**PONTO DEZ** – Estabelecimento de zona livre do cultivo de variedades geneticamente modificadas.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e em substituição do Segundo Secretário, Sr. Carlos Pedro Gonçalves Rocha Pereira.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;

- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sra. Carina Sofia Tomé de Matos;
- Sr. José da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sr. Marco Alexandre Ferreira Lopes.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos;
- Sr. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro;
- Sr. Pedro Miguel Martins Pereira.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim;
- Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luis Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE,** justificou ausência à sessão, por motivos familiares, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Marco Alexandre Ferreira Lopes** que se encontrava presente.
- **A Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria** que se encontrava presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado **Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio** que iniciará a sua participação mais tarde e nessa ocasião assinará a respetiva ata de posse, que ficará apensa à presente.
- **A Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro do PS,** justificou ausência à sessão, por motivos familiares, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Pedro Miguel Martins Pereira** que não se encontrava presente.
- **Sr. Valentim Rodrigues Pinto da CDU,** Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, justificou ausência à sessão por motivos pessoais, fazendo-se substituir pela **Sra. Carina Sofia Tomé de Matos**, Secretário da Junta, que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Sr. Marco Alexandre Ferreira Lopes do BE** e **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria da CDU** que após juramento de honra e assinadas as respetivas ata, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, nós temos uma Ordem de Trabalhos que, enfim, não é particularmente extensa mas temos um Período Antes da Ordem do Dia com inúmeros assuntos colocados.

Eu gostava de alertar os Srs. Membros da Assembleia para a vantagem de, sempre que possível, enviarem ou anunciarem previamente, enfim, o desejo de apresentar alguns temas porque isso ajuda-nos a gerir melhor a reunião.

Por exemplo, eu tinha informação sobre quatro temas e, neste momento, temos oito. Como sabem o Regimento diz que nós temos meia hora para esse efeito, porque há a meia hora do público, aliás ainda não recordei os Srs. Munícipes disso, há meia hora destinada às Sras. e aos Srs. Munícipes que queiram intervir e depois há meia hora destinada aos Srs. Membros da Assembleia, neste Período antes da Ordem do Dia.

Gostava, enfim, é difícil mas que nos aproximássemos disso, portanto peço a vossa compreensão.

## Período de Intervenção dos Munícipes

Agradecendo a presença do público, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que, tratando-se de uma sessão ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

A **Sra. Cláudia Francisco,** moradora em Quinta do Anjo:

"Sra. Presidente, há vários elementos que eram para me acompanhar mas que ficaram retidos no trânsito e que gostariam de intervir neste ponto, pelo que pergunto se há possibilidade de quando chegassem puderem intervir."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, quando chegarem faz-nos sinal e depois nós interrompemos um bocadinho a nossa ronda e se for caso disso voltamos ao público, sim."

O **Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio do PPD/PSD.CDS-PP,** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:56 horas.

A **Sra. Cláudia Francisco,** moradora em Quinta do Anjo:

"O meu nome é Cláudia Francisco, venho da Quinta do Anjo, e gostaria de apresentar algumas questões relativas às Colinas da Arrábida, onde sou moradora, algumas questões que já coloquei na Assembleia de Junta de Freguesia e que me foram reportadas aqui para a Câmara Municipal e gostaria entretanto depois de obter algumas respostas, dentro do possível, do Sr. Presidente.

Moro há onze anos nas Colinas da Arrábida e de há onze anos para cá tenho reparado que as Colinas têm estado a ser esquecidas, a nível de manutenção de jardinagem, algum cuidado estético, só há uma estrada, uma avenida, que é desde a rotunda do Ovelheiro até há nova rotunda da Quinta do Anjo, ali perto da IMEGUISA, que tem alguma manutenção a nível de jardinagem, quer seja debaixo das varandas, quer seja mesmo nos próprios descampados que rodeiam, tudo o resto, aliás também tem algum cuidado a praceta Antero de Quental provavelmente por ter algum movimento de crianças e ter ali o café, tudo o resto está literalmente abandonado.

Os canteiros debaixo das varandas, se não for o cuidado dos moradores são autênticos depósitos de lixo. Eu coloquei essa questão ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia e a resposta que ele me deu foi que desde a rotunda, ou seja a rotunda do Ovelheiro e as Colinas da Arrábida não é da competência da Junta de Freguesia, que é da competência da Câmara Municipal. Eu pedi que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia

fosse alertando a Câmara para se lembrar das Colinas e vim hoje aqui pessoalmente, porque houve essa oportunidade, para não deixar estragar uma urbanização que ao fim ao cabo tem algum prestígio, dado ao Campo de Golf, dado ao Resort, e quem lá vá e olhe para as Colinas com aquele aspeto realmente é desolador, esse é um dos pontos.

O segundo ponto, levantei a questão o porquê do não desbaste dos sobreiros que se encontram principalmente perto das bermas da estrada, há um principalmente em frente ao campo de futebol que está a cerca de meio metro de tocar no chão, um dos ramos está literalmente no passeio perto de umas passadeiras. Disseram-me que isso requer muita burocracia, que também foi remetido para a Câmara Municipal de Palmela.

Outro pequenino ponto, a altura das árvores, dos plátanos, que estão junto aos prédios e falo nomeadamente do meu. Nós, literalmente, mês a mês, temos que fazer limpeza das caleiras, já houve infiltrações, porque o plátano liberta imensas folhas e entope as caleiras e de inverno há infiltrações das águas. O condomínio suporta isso tudo, obviamente. Já alertei, já fiz o pedido se havia possibilidade de haver o corte do topo das árvores, acho que é menos dispendioso do que nós começarmos a apresentar faturas e problemas de infiltrações que até à data nós começámos a assumir, principalmente nestes últimos dois anos que foi quando se sucedeu as infiltrações, derivado a esse problema. Alteramos a estrutura, inclusive, estamos a querer alterar a estrutura de escoamento do prédio, derivado a esses plátanos que lá estão mesmo encostados à parede, se houvesse a possibilidade de lhes cortar o topo, nós evitaríamos essa alteração do escoamento das águas.

Basicamente é isto, para que tenham um pouco de cuidado com a urbanização.

Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, muito obrigada.

Nós vamos continuar a ouvir os Srs. Munícipes que queiram porventura intervir e depois já perguntarei ao Sr. Presidente se quererá, ou se poderá adiantar alguma resposta.

Sim senhor, faz o favor de se inscrever, recorda o seu nome."

O **Sr. João Soares,** morador nos Portais da Arrábida:

"Estive aqui há uns meses, basicamente as coisas estão na mesma e piores. Tem sido um pouco difícil, tentei falar com o Sr. Pedro Castel-Branco que é do executivo da Junta, não sei se é o Presidente Valentim Pinto diz que sim, porque há várias questões do pelouro dele. Quando liguei o senhor ficou de me ligar mais tarde, disse que ia de férias e depois não ligou. Corre o rumor que o Sr. Pedro Castel-Branco se terá demitido mas que por conveniência partidária terá recebido ordens, apesar de manter o telemóvel da Junta, para não assumir que se demitiu. Uma coisa é certa não aparece nas Assembleias e vou tentar novamente marcar com ele.

Lamento ter estado aqui há uns meses, ter deixado o meu contacto, e daqui ninguém se mostrou interessado, aqui na Assembleia Municipal de qualquer partido, em tentar perceber que a CDU neste momento não serve para nada no nosso concelho.

As coisas estiveram bem, e já a felicitei por isso, no tempo em que a Senhora era Presidente parecia que funcionavam.

Neste momento os Portais da Arrábida porque disse que vinha aqui reclamar, uma semana antes, ou quinze dias ou talvez três semanas, o Sr. Presidente mandou um funcionário ou alguém que teria recebido ordens para calcetar o passeio do Infante e isto porquê? Porque uma senhora que tem um ATL, que é a Academia dos Portais se não estou em erro, veio ter comigo a dizer que estava tudo na mesma e que já lá tinha caído uma criança que teve que ir para o hospital porque tinha fraturado um joelho. Eu disse que já tinha falado em várias Assembleias, até já fui à Municipal, e nas de freguesia estou lá sempre que posso quando o Sr. Presidente abre a porta para realiza-las e, de facto, as coisas continuam assim. O que é certo é que o Sr.

Presidente mandou calcetar, o que é que acontece? É que uma vez eram quase nove horas da noite, o senhor estava a calcetar no escuro e eu chamei a atenção que à porta do Centro de Saúde aquilo não tinha condições para os idosos descerem a rampa e era buracos e não sei o quê. Pronto foi calcetado, o que é que está lá? As pedras estão todas escondidas aos cantos atrás do posto elétrico ao pé do Centro de Saúde, estão lá montes de pedras e areias, e o mais giro é que para colorir aqui está lá uma fita da Câmara Municipal, que ninguém quer saber quem pôs e não voltou a tirar, é vergonhoso aquilo parece que é carnaval. Eu pergunto, então não vem ninguém da Câmara ver o que se passa? Está uma fita que atrapalha o caminho de pessoas e idosos porque está a flutuar ali, é claro que eu não vou tirá-la porque quem pôs tem que a tirar. Aquela área detrás deste posto elétrico, além do buraco enorme que vai voltar a abrir quando vierem as chuvas, já está pouco a pouco a aparecer, e por isso é eu deixo novamente o meu número de telefone porque já chega aqui de incompetência."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. João Soares, qual é a sua questão então?"

O **Sr. João Soares:**

"A minha questão é, por exemplo, em relação às calçadas porque é que aquilo foi calcetado e as pedras continuam todas amontoadas a cantos, a fita da Câmara Municipal o que é que está ali a fazer e se o Sr. Pedro Castel-Branco, apesar de ser do executivo da Junta de Freguesia e agora estar num espaço que é camarário, o Sr. Valentim Pinto não gostou que eu levantasse esta questão e disse que eu não era nenhum advogado de ninguém, teve alguma influência ou algum fator cunha de ser-lhe facilitado por ajuste direto, ou adjudicação direta, a exploração do restaurante do Espaço fortuna,

Tinha muitas mais outras questões mas, depois, se alguém quiser contactar e visitar o bairro, o PS tem estado a avançar e aqui a Dra. Rosa também.

É tudo."

A **Sra. Cristina Moura da CDU,** iniciou participação nos trabalhos pelas 21:02 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, então o senhor depois conversa com o PS e com a Dra. Rosa, está bem?

Já colocou as suas questões. Obrigada.

Muito bem, mais alguma questão?

Então, não havendo mais intervenções dos Srs. Munícipes sobre este ou outro tema, não? Nós temos um período inicial em que podem colocar todas as questões e depois, normalmente, convido o Sr. Presidente da Câmara a responder, portanto, não havendo outras intervenções pergunto Sr. Presidente se quer adiantar alguma resposta, por favor? "

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente.

Muito boa noite Srs. Membros da Mesa, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Munícipes, Comunicação Social, Trabalhadoras e Trabalhadores do Município.

Sobre as questões colocadas neste período de Antes da Ordem do Dia, felicitar a decisão da Sra. Cláudia Francisco de vir aqui colocar claramente questões que do seu ponto de vista afetam o funcionamento e o bem-estar na Urbanização Colinas da Arrábida. Confirmo que a manutenção da jardinagem, naquele espaço, porque há espaços que estão delegados na junta de freguesia, é feita por uma empresa que, em regime de

*outsourcing*, tem estado a trabalhar com o município nos últimos dois anos e meio. Daquilo que me é dado a perceber, até porque círculo por ali com alguma frequência, naturalmente em torno do eixo da avenida Dr. Matos Fortuna, e mesmo nalguns corredores interiores, quer a relva, quer os arbustos, estão em bom estado podemos confirmar no local, mas eu passei por lá recentemente porque me fui inteirar de outras situações, por acaso relacionadas com recolha de monos, e andei a passear e a pé, não foi no carro, na urbanização.

Mas há que distinguir depois outras partes em torno da linha de água, que é uma situação que não é um ajardinamento é um prado de sequeiro e o mesmo relativamente às zonas que estão por baixo dos pinheiros mansos que confinam com a 5 de Outubro, portanto, não são situações de ajardinamento foram soluções na altura porque se metêssemos relva em tudo, o dispêndio de conservação, que é pago por nós todos, pela senhora também através dos seus impostos e sobretudo também o dispêndio de água que seria enorme e, portanto, as soluções de prado de sequeiro são normais nos países mediterrânicos e precisa é de não crescer matos e fenos, etc., etc., mas procuraremos e se for necessário mandarei o técnico responsável pelos espaços verdes ao local falar com a senhora para, até porque esta questão da árvore nos interessa perceber o lote, a senhora falou, e bem, mas não me disse o lote onde se encontram estes plátanos.

Perdão? Lote quarenta e quatro, agora um, muito bem.

Portanto, entre os prédios, com certeza, os plátanos crescem depressa, são muito bonitos e também no nosso país, mas tem sempre estes inconvenientes, mas pronto. Eu pedia-lhe que pudesse deixar, ali a um dos meus apoios, o número porque fazia questão que o nosso arquiteto Paisagista fosse ao local para falar consigo e ver esta questão do desbaste.

Depois, há aqui duas situações que eu não fiquei com a certeza se ao referi-las queria questionar a situação da manutenção das rotundas.

Eu já tive oportunidade de esclarecer, aquela rotunda, dita do Palmela Village, pertence ao Resort. Sobre o Resort, andamos num processo muito complexo, possivelmente até de acionamento de garantias bancárias, por via das questões dos furos de água, e possivelmente teremos que acionar por outros motivos sendo que está na insolvência num plano especial de recuperação no que diz respeito à construção, sendo que o Resort é outra coisa, é uma associação, é um condomínio e aí temos reunido com a associação de moradores para que tomem posição nesse aspeto, mas pronto, dizer que essa rotunda, que nós não nos orgulhamos dela, que não está ainda rececionada pelo município.

A outra junto à IMEGUISA tem um projeto de arranjo paisagístico, que estava previsto ser feito no âmbito do prolongamento do arruamento que lá está interrompido, no âmbito da "Quinta do Anjo Village" que é a segunda fase do empreendimento. Pelas razões que são conhecidas do imobiliário, e até da frágil saúde financeira do promotor, não vamos ter esse processo de loteamento tão depressa. Nós procuraremos, entre aquilo que estava previsto no projeto e sobretudo as nossas preocupações com a conservação e manutenção daquele espaço, desenvolver um arranjo paisagístico mais autossustentável. Hoje há muitas soluções com geotêxtil para evitar o crescimento de ervas infestantes, com pedras coloridas, enfim há várias soluções mas nós temos estado nesta iminência de perceber quem é que pega naquele assunto. Portanto é algo que não está, neste momento, no nosso plano de trabalho também sou sincero e a junta de freguesia tem feito, e bem, o desbaste das ervas e pronto aquilo tem lá dois sobreiros, eu conheço porque, enfim, tenho analisado aquele assunto ao nível quase técnico, que estão a crescer são pequeninos ainda, tem lá mais uma árvore, penso que é um pinheiro, e mais uns arbustos e nós procuraremos dar ali um outro ar aquela rotunda.

Esta questão dos canteiros debaixo da varanda, não sei se tem que ver com os loendros, com aqueles canteiros que têm aquelas florzinhas pequeninas, naturalmente às vezes há tentativa de acumulação de plásticos e de lixo e procuraremos, também, ver com a junta a questão da limpeza. Mas, para já, se nos fornecer o seu contacto temos muito gosto em ir ao local para que nos possa sinalizar os locais em concreto.

A intervenção do Sr. João Soares, em concreto não colocou nenhuma questão. Fez uma insinuação de mau gosto e fez outros reparos que, naturalmente, sobre a fita da Câmara Municipal em torno de um PT não estando em condições de lhe dizer o que é que se passou, posso dizer-lhe é que o município põe fitas dessas, até no âmbito da Proteção Civil, para proteger transeuntes não sabemos até se o problema é de uma operadora no solo público, se é da PT, ou se é uma questão de reposição de calçada da junta de

freguesia, mas garanto-lhe que se fosse da junta de freguesia nós já teríamos contatado a Junta para que procedesse ao efeito.

Sra. Presidente, não tenho mais nenhuma questão colocada diretamente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada Sr. Presidente.

Vamos prosseguir, eu vi chegar Munícipes mas estamos a terminar este período, alguns dos Senhores Munícipes que entrou agora desejaria colocar alguma questão?

Não, então vamos prosseguir.

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

## Período de Antes da Ordem do Dia

Iniciando o período informou a **Sra. Presidente da Mesa** que foram presentes à Mesa uma Saudação da CDU, duas Moções da CDU, três Recomendações (uma do BE e duas do PPD/PSD.CDS-PP), um Voto de Congratulação do PPD/PSD.CDS-PP, uma Pergunta ao Executivo Municipal do PPD/PSD.CDS-PP e um Voto de Pesar que será apresentado por si.

## Saudação CDU *"Festa das Vindimas"*

Tomou a palavra a **Sra. Ana Filipa Sobral** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, tem a palavra o PS para a discussão sobre o tema."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Jornalistas, Srs. Técnicos da Câmara e Srs. Munícipes.

Nesta Saudação, dizer que o PS acompanha esta Saudação a todas e a todos, aquelas e aqueles, que de uma forma ou outra estiveram e permitiram que, mais uma vez, se realizasse a Festa das Vindimas. É uma mostra que traz muita gente a Palmela, que tem que continuar, contudo evoluindo, porque é assim que é a vida vai-se evoluindo, mas com o esforço e com a dedicação de todos e de todas penso que cada vez mais

isto é um certame que marca pela qualidade e valorizando aquilo que se faz de melhor, nomeadamente, na área da vitivinicultura no nosso concelho.

Tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Atendendo ao tema e uma vez que é a única Saudação sobre este assunto, não sei se a querem apresentar como Saudação da Assembleia? Ou a CDU não? O PSD/CDS quer? O PS quer? O Bloco de Esquerda quer? Se não fica da CDU, não tenho nenhuma questão foi só para pegar na sua palavra, ok.

Se estiverem de acordo então apresentamos como Saudação da Assembleia."

**Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).**

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora vamos intercalar, portanto o ponto seguinte também seria da CDU, mas vamos dar, eu vou dar a palavra ao Bloco de Esquerda, que seguindo a ordem é a intervenção que tenho aqui, Recomendação à Câmara Municipal, é o título."

## **Recomendação BE *à Câmara Municipal de Palmela***

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira** para apresentar a Recomendação, que ficará apensa à ata.

Sobre a Recomendação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, muito bem, Sr. Presidente tomou nota.

Trata-se de uma Recomendação, não é uma Saudação, não é uma Moção, não vamos votar.

Eu não tinha visto bem, bem, o conteúdo senão tinha apresentado noutro ponto.

Passamos agora ao PSD/CDS.

Sr. Presidente, pelo desculpa, nós já lá vamos. Deixe-me interrompê-lo, não, não. Vamos lá a ver, Sr. Presidente! Ouça, ouça lá, ouça lá primeiro. Isto é um assunto completamente diferente, de facto entrou aqui na lista das Moções e Saudações, mas não é nem uma Moção nem uma Saudação. Portanto o Sr. Presidente depois vai usar da palavra no momento em vai responder às questões colocadas pelos Srs. Membros das Assembleia e aborda este assunto também, portanto isto não é votado é entregue à Câmara."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, peço desculpa, mas as Recomendações deveriam de ser votadas e têm que ser admitidas ou não, é o meu entendimento do Regimento. Já no passado ficaram Recomendações que dá a sensação que vinculam a Câmara a fazer aquilo que lá está…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mas não há, isso não tem sentido, peço desculpa, mas nenhuma Recomendação recomenda, isto é, nenhuma Recomendação vincula quem quer que seja ao que quer que seja. Não há nada que o obrigue e, portanto, se os Membros da Assembleia entendem que há um assunto que deve ser tratado como Moção ou Saudação, que são as figuras que constam no nosso Regimento, apresentam-na como tal. Não sendo apresentado como tal é entregue, naturalmente, e o Sr. Presidente responderá ao que quiser e como entender daqui a pouco, agora estamos na apresentação no período dos Membros da Assembleia.

Sr. Membro da Assembleia quer dizer alguma coisa mais?"

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Precisamente Sra. Presidente, eu remeto a questão que o Sr. Presidente levanta para o corpo do Regimento, no nº 1 e alínea c) do nº 2.

Faça favor Sr. Presidente de ler o que está no Regimento para ver que eu tenho razão e os Munícipes de Aires podem levantar as questões que quiserem aos Membros da Assembleia."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mas o senhor está a levantar questões, estamos a falar de coisas diferentes …

Sr. Presidente, desculpe lá. Sr. Presidente, Sr. Membro da Assembleia, Sr. Membro da Assembleia, Sr. Membro da Assembleia, quer ouvir ou não quer ouvir? Eu vou pedir ao Sr. Presidente, que faça a mesma coisa.

Esta sessão sou eu que dirijo e, portanto, peço desculpa mas quando eu ultrapassar o Regimento os Srs. Membros da Assembleia chamam-me a atenção e nós repomos, posso não estar a ler bem, nós repomos o Regimento se for alertada para isso, especialmente por parte dos Srs. Membros da Assembleia que são juristas eu agradeço isso, se estamos a falar de estilos de condução desculpem lá mas esse é o meu, até prova em contrário ou algum ato que os senhores tenham.

Portanto, repito, nós estamos a falar de um documento que tal como está não tem que ser votado e não vai ser votado. E eu disse que se tivesse reparado que eram questões, não é, eu tê-lo-ia colocado noutro período e não aqui neste período em que estamos a falar de Saudações e de Moções, certo?

Daqui a pouco quando avançarmos, se o Sr. Presidente entender que deve responder a alguma coisa sobre este assunto vai responder, se entender que não, não responde porque isto é uma Recomendação fica entregue, mas as Recomendações não obrigam ninguém. Os Srs. Membros da Assembleia podiam entregar todas as Recomendações que entendessem, desde que elas não sejam votadas e aprovadas não obrigam ninguém.

Vamos continuar e eu dizia, portanto, continuando o princípio de rodar pelos grupos desta vez atenção porque vamos entrar numa intervenção que tem a mesma natureza e portanto eu pergunto se querem apresentar como tal ou deixar para as questões?

Refiro-me à Recomendação do PSD/CDS sobre o Dia do Idoso, querem continuar a chamar-lhe Recomendação? Pronto, então faz favor de apresentar."

## Recomendação PPD/PSD.CDS-PP "Dia do Idoso"

Tomou a palavra a **Sra. Maria Rosa Pinto** para apresentar a Recomendação, que ficará apensa à ata, mas antes fez o seguinte reparo:

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"No âmbito do Regimento da Assembleia, e da legislação em vigor, é permitido às forças partidárias representadas nesta Assembleia apresentar Recomendações, independentemente dos assuntos agradarem mais ou não ao poder em vigor.

Em todo o caso concordo totalmente com a Sra. Presidente da Assembleia referindo que considero, mesmo da parte do Bloco, que isto é uma Recomendação que o executivo acatará ou não, é livre disso, e não é suscetível de qualquer votação. Está na liberdade das forças partidárias apresentarem as suas Recomendações e essa é a minha opinião."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então, vamos continuar e neste caso volto a dar a palavra à CDU para a Moção sobre a Escola Secundária de Palmela.

É o Sr. Presidente da Junta? Faz favor."

## Moção CDU "Escola Secundária de Palmela continua sem Pavilhão Desportivo"

Tomou a palavra o **Sr. Fernando Baião** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente da Junta.

Srs. Membros da Assembleia, sobre esta Moção questões por favor?

Tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão, por favor, Partido Socialista."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

É sempre com alguma tristeza que vejo que continuamos a ter que lutar por um equipamento que efetivamente faz falta não só aos alunos da Escola Secundária de Palmela, por causa das suas práticas letivas no âmbito da disciplina de Educação Física, mas também é o concelho de Palmela que claramente tem um défice enquanto a não existência de um Pavilhão Gimnodesportivo, Pavilhão Desportivo, que possa atrair e possa também fazer com que as populações, e sobretudo os mais jovens, tenham espaços para desenvolverem as suas capacidades físicas, sejam individuais, sejam de grupo.

Logicamente que é uma preocupação que acompanhamos, temos acompanhado isso em diferentes Fóruns, mas há aqui duas imprecisões que me parece que sejam importantes referir. Não é há década e meia que o pavilhão não existe, o pavilhão foi derrubado no ano letivo dois mil e oito/dois mil e nove e, portanto, tem oito anos.

Era um pavilhão Sr. Presidente, desculpar-me-á, mas eu era Diretor da Escola nessa altura e sei o que é que lá tinha. Não sei, se calhar as culpas são mais suas do que minhas porque, se calhar, eu não gostaria de ir por esse caminho porque, se calhar, e se queremos ir por esse caminho eu gostaria que não houvesse aqui conversas de parte a parte, os apartes, porque se formos por aí vamos ter que dizer aqui algumas coisas que são desagradáveis e o que interessa é resolver o problema do pavilhão e não vamos agora aqui refletir

coisas do passado. Se vamos aqui refletir coisas do passado, vamos ter que dizer aqui algumas coisas que não vão ser agradáveis e, portanto, o melhor é deixarmos os apartes à parte e centrarmo-nos naquilo que é importante, e o que é importante é construir-se o pavilhão, ponto. O que é importante é dar condições aos jovens sejam eles da Escola Secundária de Palmela, sejam do concelho, para terem o equipamento desportivo que merecem há muito. Nem sempre a solução da Câmara foi esta que registamos com agrado há uns anos para cá, que é fazer a parceria com o Ministério da Educação e, portanto, achamos que há aqui um défice de resposta do Ministério da Educação. Concordamos que existe esse défice de resposta, mas também achamos que houve alturas em que foi possível fazer acordos e nem sempre o Município teve tão próximo desse acordo como está neste momento.

Relevamos essa situação e estamos de acordo e votaremos favorável a esta Moção, chamando a atenção que não é há década e meia é há oito/nove anos que não existe pavilhão na Escola Secundária de Palmela.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Mais uma vez, boa noite Sra. Presidente

Dar nota que o Bloco de Esquerda apesar de fazer parte de um acordo de incidência parlamentar com o Partido Socialista, e que viabilizou o Governo PS, isso não nos afasta da exigência de que as funções sociais do Estado, todas elas incluindo a educação, sejam defendidas tanto no resto do país como no concelho de Palmela.

Naturalmente, votaremos a favor da Moção que a CDU aqui apresentou.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Mais alguma questão? Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Pois bem, por acaso é um assunto em comum porque a Sra. Presidente terá em sua posse uma pergunta que fizemos por escrito ao executivo municipal e que não sei se depois a poderei ler, sim senhora.

Efetivamente todos estamos de acordo que é necessário o pavilhão para a Escola de Palmela e, aliás, já nos pronunciámos por diversas vezes quer aqui quer no Conselho de Juventude e em diversos órgãos.

O CDS fez essa pergunta ao seu próprio Governo, na altura, e dei disso conhecimento nesta Assembleia.

Sempre defendemos que deveria haver uma parceria entre a Câmara, caso fosse possível, e o executivo e o que queremos saber relativamente à nossa pergunta e por isso não votamos esta Moção, abster-no-los-emos, porque temos uma pergunta concreta, dada a posição que temos todos em comum, se vai haver dotação desta verba no ministério competente para o Orçamento 2017, que depois lerei a pergunta completa quando a Sra. Presidente me der oportunidade.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra a CDU, por favor, Sr. Membro da Assembleia António Mestre."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes sem qualquer exceção.

Eu acho que a defesa desta Moção é reiterada e tem sido acompanhada por todos, ou quase todos, independentemente das circunstâncias de políticas governativas mas há uma coisa clara, sempre houve um posicionamento dos executivos municipais de contributo para essa solução.

O que esta Moção aqui trás é também um relevar de uma preocupação nova. E esta preocupação nova não tem só a ver com o reivindicar, nós temos o reivindicar como porque muito recentemente, a vinte e três de setembro, saiu uma notícia no Público, eu tenho-a à minha frente e não vou lê-la toda porque estará disponível na edição *on-line* de onde foi retirada, em que ao que parece nalguns circuitos circula a mensagem de que a comparticipação para a construção de equipamentos nas escolas secundárias pretende ser feita onerando os orçamentos municipais.

Há uma recomendação clara da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) em que expressa e passo a citar, numa intervenção que fez durante um seminário organizado pela ANMP e dedicado a fundos comunitários, há cerca de duas semanas, o Vice-Presidente da estrutura Ribau Esteves apelou às Câmaras para não assinarem qualquer acordo. Ou seja, há efetivamente uma intenção de proposta em que estes equipamentos venham a ser constituídos em parceria mas que essa parceria onere os orçamentos municipais em percentagens diferentes, aqui vem de cinquenta por cento para esta região de quinze por cento para outras.

A questão que nós aqui reiteramos nesta proposta, e fico contente por haver quase unanimidade nisto, é que, efetivamente, uma reivindicação com nove/dez anos aquilo que seja o que interessa é o contínuo não venha a ser feita agora com a questão de onerar os orçamentos municipais para uma resposta que deve ser governamental, sendo que em casa de parcerias com o Governo esta Câmara tem mais do que se orgulhar do que se defender. Temos agora o Centro de Saúde, a extensão do Centro de Saúde de Pinhal Novo, feita numa parceria como deve ser assumida e com responsabilidades definidas. Tivemos outras anteriormente com responsabilidades por parte do Município assumidas e cumpridas mas que não precisaram onerar em cinquenta por cento a concretização de uma obrigação do Estado. É essencialmente para este ponto que eu alerto e temos aqui munícipes de comunicação social e é bom que esta situação seja esclarecida. Folgo em saber que o PS local está a apoiar esta posição também.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Membro da Assembleia.

Mais alguma questão? Podemos votar?"

**Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte sete votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.**

## Recomendação PPD/PSD.CDS-PP "Redução da Taxa de IMI"

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Vitorino** para apresentar a Recomendação, que ficará apensa à ata.

Sobre a Recomendação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Membro da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara quererá tomar nota acerca deste assunto para o período da sua intervenção e nós vamos continuar. Tal como as anteriores são Recomendações, não as vou sujeitar a votação."

## Moção CDU "Insistir no que é justo Reposição das Freguesias de Poceirão e Marateca"

Tomou a palavra o **Sr. António Mestre** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta Moção quem deseja usar da palavra?

Tem a palavra o PS, Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite, muito obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente apresento-lhes os meus cumprimentos, bem como aos respetivos elementos dessa Mesa. Os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, aos caros colegas da Assembleia, aos funcionários desta Câmara hoje aqui em exercício de funções, à Comunicação Social presente e um cumprimento particular às pessoas que assistem hoje aqui a esta sessão.

Sra. Presidente antes de me referir a esta Moção permita-me que diga que o PS em relação às Recomendações do Idoso e sobre o IMI apresentada pelo PSD também quer dizer qualquer coisa quando for oportuno.

Em relação a esta Moção, estamos de acordo com a Moção e particularmente no que refere à reversão da situação das freguesias do Poceirão/Marateca e, portanto, em relação à reversão da agregação das freguesias somos absolutamente contra a reforma que foi feita pelo anterior Governo. Foi a imposição de uma reforma à régua e esquadro efetuada pelo professor doutor Miguel Relvas e nesse sentido em maio deste ano o Governo atual anunciou a criação de um grupo de trabalho com a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) e ANMP para avaliarem em conjunto a reorganização administrativa das freguesias num prazo de cento e oitenta dias.

Não há dúvidas que é preciso fazer uma avaliação do processo conduzido pelo anterior Governo e sobre isso sabemos que não voltaremos a ter as mais de quatro mil freguesias mas muitas reversões serão efetuadas. Mas se não se pode avançar para mudanças de lei se não considerarmos, e ouvirmos, o contributo que se pediu às entidades externas à Assembleia da República, como já referi atrás, e não seria correto pedir o contributo e depois anteciparmo-nos aos contributos que elas possam dar.

Sobre esta matéria acredito, e o Partido Socialista acredita, que os partidos de esquerda que apoiam o atual Governo venham a concordar que a mesma seja discutida na comissão de especialidade da Assembleia da República porque todos queremos uma reforma sustentável e para tal exige um amplo consenso político e social, pelo que iremos votar favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então sobre a Moção que está em discussão alguma intervenção mais?

PSD/CDS tem a palavra por favor, Sr. Membro Carlos Vitorino."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Já no passado nos referimos sobre esta matéria e, de facto, a reversão por reverter não é algo que esteja no nosso género estará certamente noutros.

Relativamente à questão das freguesias nós já referimos aqui a nossa posição, nós achamos que em relação à lei que foi aprovada no Governo do PSD/CDS, de facto, havia uma questão que deveria estar contemplada e que não estava que era a questão da dimensão territorial da freguesia. De facto Poceirão/Marateca a União de Freguesias atual, apesar do Sr. Presidente não se queixar do trabalho e andar bastante satisfeito porque foi um desafio que ele abraçou e foi a pessoa que mais se queixou e que depois mais beneficiou depois com os resultados eleitorais, resultou, e daí talvez a insistência neste tipo de Moções nesta altura até porque o Sr. Deputado José Manuel Silvério referiu, e é verdade, o Governo atual tem um estudo para ser feito em relação a esta matéria e para ver quais das freguesias fará sentido voltarem a ser criadas ou desagregadas e quais aquelas que não faz.

Não pode ser apenas pela vontade dos eleitos ou das populações, porque se formos para realidades como Barcelos eu não sei das oitenta e quatro freguesias quantas é que não quereriam continuar. Eu acho que aquilo que está a ser feito nesta matéria até tem alguma lógica, não é, ou seja vamos analisar, vamos ver. De facto a questão da dimensão territorial, para além da populacional e do número de freguesias, deveria ter sido equacionada e nós sabemos que nos concelhos a sul temos muito menos freguesias por concelho do que nos concelhos a norte e esta reorganização deve ser feita, deve ser estudada, e se calhar há sítios em que até se podia avançar mais e há sítios em que devia-se recuar. Agora se está a ser feito um grupo de trabalho, se está a ser feito um estudo nesta matéria e se estão a ser ouvidas entidades esta Moção é apenas uma Moção para calendário eleitoral, para bandeira eleitoral, que é legítimo que V.Exas. a apanhem."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção sobre a Moção?

Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão, por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Era só para reforçar aquilo que o meu camarada de bancada disse, o José Silvério, logicamente nós votaremos a favor porque desde o princípio não concordámos com esta fusão chamando a atenção e tendo a esperança, porque aqui também é verdade é uma questão de esperança e acreditar que vai ser possível, que o grupo técnico afirmou numa audição na Assembleia da República, e sabendo que esse grupo técnico tem a ANMP e ANAFRE na sua constituição e representantes dos partidos, por acaso nessa audição onde foi referido estas questões o PSD e o CDS faltaram deveriam ter outros aspetos mais importantes, que até dia quinze de outubro se auscultariam os órgãos autárquicos para aferir os resultados e ver a partir daí, com os critérios que o grupo técnico está a desenvolver, está estipulado para se verificar, se há casos ou quais são os casos que são mais prementes para serem revertidos.

Nós esperamos, porque tem sido a posição unânime, ou quase unânime, nesta Assembleia e noutros órgãos autárquicos que, efetivamente, as populações do Poceirão e Marateca voltem ter um direito que nunca deviam ter perdido que é o direito a terem as suas juntas de freguesia. Nesse aspeto acreditamos que este grupo técnico está a fazer um bom trabalho e quer o PCP, o BE quer o PS, com pequenas nuances, estão

voltados para que esta coisa aconteça, havia aqui uma questão temporal que penso vai estar resolvida neste momento, e espero sinceramente e digo isto com a esperança sincera e o querer sincero de que até ao dia quinze tenhamos que fazer aqui uma Assembleia, nem que seja extraordinária, para manifestarmos a nossa vontade em reverter a situação a tempo de nas próximas eleições autárquicas já esteja revertida esta situação no nosso concelho que é extremamente injusta.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra a CDU, penso que com resposta a algumas das questões colocadas sobre a Moção."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Em relação às questões levantadas pelo Sr. Membro Carlos Vitorino, sim esta Moção tem lugar aqui nesta Assembleia porque vai até de encontro àquilo que muitas das vezes foi o vosso argumento. Aqui valorizamos o que é local, aqui trazemos o que é local e se um grupo de trabalho está neste momento na Assembleia da República a debater um tema nacional que tem forte impacto local é aqui que nós nos manifestamos para também sermos esse momento de pressão para esse grupo local e não temos medo disso porque nós temos uma coisa, efetivamente, as matrizes genéticas são mesmo diferentes. Nós a matriz de reverter temos o bom senso de a admitir todos que é possível fazê-lo, a matriz genética de extinguir a torto e a direito é que não faz parte.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Vamos então votar a Moção."

**Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte sete votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.**

## Voto de Congratulação PPD/PSD.CDS-PP "Grua instalada em Águas de Moura"

Tomou a palavra a **Sra. Maria Rosa Pinto** para apresentar o Voto de Congratulação, que ficará apenso à ata.

Sobre o Voto de Congratulação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia tratando-se de um voto vamos votar. Alguma questão?

Está apresentado como um voto e o nosso Regimento distingue os votos das outras coisas, portanto alguma questão? Não havendo, votamos.

**Submetido o Voto de Congratulação a votação, foi o mesmo rejeitado, por maioria, com três votos a favor do PPD/PSD.CDS-PP, duas abstenções do BE e vinte e cinco votos contra (dezoito da CDU e sete do PS).**

## Voto de Pesar pelo falecimento de António Pais Pereira

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Temos um último voto que eu gostaria de apresentar, é um Voto de Pesar que passaria a ler:

*Foi com grande pesar que recebemos a notícia do falecimento de António Pais Pereira no passado dia 17 de setembro.*

*Aos 77 anos, o proprietário do Restaurante Retiro Azul há quase quatro décadas e mais recentemente proprietário da Residencial Varanda Azul, referenciando-se como um empresário de Palmela.*

*Visionário, tirando o maior partido de uma paragem obrigatória a quem visita Palmela. O prestígio do restaurante na vila, acabaria por tornar o proprietário como o "Senhor António do Retiro Azul".*

*Palmela ficou mais pobre, mas saberá guardar a memória de um homem bom, afável e solidário.*

*A sua família dará certamente, continuidade à sua obra. Expressamos à sua esposa, Olimpia, aos seus filhos, António e Sandra, nora, genro, neta e netos as mais sentidas condolências.*

Srs. Membros da Assembleia, pergunto se há alguma questão sobre este Voto, se quererão subscrevê-lo passando a ser um voto da Assembleia."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"A melhor homenagem foi a reabertura do Restaurante Retiro Azul, algo que ele construiu, e deixou, e que apesar de tudo; às vezes, a história dos dias leva-nos a isto.

Foi uma homenagem que todos nós devemos dignificar e devemos realçar porque, para já, faz falta ao concelho e faz falta à vila sobretudo porque foi uma obra que ele deixou e que, no fundo, ele se calhar vivia triste pelo seu encerramento.

Acho que este era um aspeto a realçar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Vamos votar."

**Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE).**

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Terminada esta fase, agora sim pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se há outras questões que não tenham sido tratadas aqui e que queiram colocar e começaria por dar a palavra ao PSD/CDS que já colocou uma questão, enfim, pode fazer o favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Nós temos aqui várias questões, a que colocámos por escrito no âmbito, também, dos poderes que a legislação nos dá é a seguinte:

*Na sequência da visita do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro da Educação a uma Escola do nosso Concelho em Pinhal Novo, pergunta a Coligação Palmela Mais – PSD/CDS ao Executivo desta Edilidade:*

*Atento o facto de que todas as forças políticas eleitas nesta Assembleia Municipal estão de acordo quanto à premente necessidade da construção do Pavilhão Desportivo na Escola de Palmela, mesmo que em colaboração e/ou comparticipação com esta edilidade, sabe este Executivo se a construção do mesmo vai estar contemplada no orçamento de estado de 2017, através da dotação de verba no ministério competente?*

É uma pergunta que gostaríamos fosse colocada através do executivo municipal.

Outras questões que temos, realmente temos uma nota sobre a limpeza dos espaços verdes, dos jardins e dos monos porque esta semana recebi inúmeras queixas de munícipes, não só esta semana já temos trazido aqui esses problemas, na remoção dos monos e dos lixos. Eu posso dizer que há zonas no concelho que em termos de monos estão a ir lá uma vez por mês, e dou o exemplo de algumas ruas, isto dito por moradores. Por exemplo na 1º de Maio não vão todas as semanas contrariando a informação que está aposto nos caixotes de lixo, nos Brejos Carreteiros, nos Portais da Arrábida onde eu moro, e onde também mora o Sr. Presidente da Junta e outras pessoas que estiveram aqui presentes, nas Colinas também notei isso. A relva das Colinas também foi cortada esta semana, essa tal da rua António Matos Fortuna.

O protocolo das calçadas, na última Assembleia de Freguesia em que fui à Quinta do Anjo disse isto ao executivo da Junta e já tinha transmitido aqui através da representante na Assembleia de Freguesia, eu não me admiro que haja moradores que venham aqui, independentemente da maneira como o fazem, reclamar porque, efetivamente, o protocolo não está a ser cumprido. Mas não está a ser cumprido não é que não façam algumas calçadas, fazem algumas mas não fazem outras. Dá-me ideia que há ali uma *décalage* na organização, o Sr. Presidente da Junta à data disse que queria mudar de empreiteiro.

O que eu apelo aqui ao Sr. Presidente da Câmara é que seja feito um levantamento com acompanhamento da Câmara, caso isso seja necessário, nas urbanizações onde há mais problemas. Por exemplo nos Portais até podem ver o caso do coreto que não é pintado há anos. Essas ruas realmente, por detrás da minha casa há um buraco de calçada há quatro meses só para terem um exemplo que eu já reclamei nesta Assembleia mas não é por ser por mim porque eu nem uso aquela calçada, eu saio com o carro pela garagem e nem lá passo, são os utentes do Clube Portais que ali passam.

As ervas ou a relva foram cortadas e nalguma parte ficou depositada junto ao circuito, eu não sei se foi alguém do clube se foram funcionários da Câmara.

Aquela Recomendação que aqui trouxemos, em dois mil e catorze e dois mil e quinze, e com as perguntas que fizemos incluindo Requerimento sobre os circuitos e a passagem semanal nas diversas freguesias que nos foi à data respondido se calhar temos que a reiterar.

Eu percebo que talvez haja uma mudança em termos de empresa, pelo menos isso foi dito também, mas isso não é desculpa, na nossa opinião, para as coisas não serem feitas porque quando uma coisa não funciona, eu li no jornal que a Câmara queria pedir uma indemnização a empresa não sei se a notícia se confirma, mas mesmo assim mesmo querendo pedir alguma indemnização isso não inibia a Câmara de poder contratualizar esporadicamente alguns serviços para resolver o problema. Efetivamente esta semana já notei um ligeiro melhoramento mas são coisas que eu, por exemplo, vou a Azeitão e não vejo aqueles monos, aqueles montes de lixo na rua, e eu não acredito que os moradores de Azeitão sejam menos ou muito mais cívicos que os da Quinta do Anjo ou do Poceirão, não é, nas zonas mais rurais eu acredito que haja mais alguma dificuldade. Trazemos aqui novamente esse problema e vamos apresentar Requerimento solicitando essas informações.

A título de exemplo, dessa rua 1º de Maio, uma das nossas colaboradoras na última reunião de Câmara descentralizada nos Olhos de Água até referiu isso e o Sr. Presidente prontificou-se a resolver o problema mas, efetivamente, o problema dos monos não está resolvido porque no mês de Agosto foram lá uma vez.

Nos Portais eu já falei, na praceta Pêro da Covilhã há candeeiros da EDP fundidos mas também alguns da Câmara junto ao Clube dos Portais, isto são pequenas coisas que os munícipes me pediram para falar.

Numa rua, por exemplo, ervas sem tamanho perto da estrada dos Restauradores do Concelho, aqui já na freguesia de Palmela, que já não são cortadas há montões de tempo e a rua também nome. Se quiserem eu depois posso dar a informação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu pedia-lhe que abreviasse, está bem?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**
"O que pedíamos era que na senda deste nosso pedido de informação, que vamos fazer, o trabalho começasse a ser mais organizado e mais bem feito.

Relativamente às empresas que fazem a jardinagem, efetivamente ali nas Colinas eu esta semana vi-os a fazer mas não faziam já há algum tempo.

Em todo o caso queria agradecer ao Sr. Presidente e aos serviços terem-nos finalmente mandado, aqui diz que o nosso requerimento foi de vinte e cinco de setembro de dois mil e catorze que depois reiteramos em dois mil e quinze, relativamente às obras inacabadas de algumas construções por todo o concelho e que não são demolidas nem acabadas. Quero aqui agradecer a resposta que nos foi dada e algumas questões que iremos ter sobre o enviado iremos remeter ao Sr. Presidente por escrito.

Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Bloco de Esquerda tem a palavra."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Sra. Presidente da Assembleia pedi a palavra com o objetivo de apurar o seguinte:

Em Aires, mais precisamente na rua de Aljubarrota, os moradores sentem diariamente um fluxo excessivo de automóveis. Numa rua que é das mais antigas em Aires e que foi alcatroada há cerca de quarenta anos, tendo os moradores assumido as despesas daquela empreitada segundo os mesmos.

Atualmente com o crescimento do tráfego de viaturas na EN 252, verificam-se filas de trânsito de dimensão considerável nas horas de ponta provocadas também pela existência de semáforos nos cruzamentos com a estrada municipal que segue para Palmela Gare e logo a seguir com a EN 379, penso eu que seja este o termo corrijam-me se estiver enganado, em direção a Palmela. Isto leva a que muitos condutores provenientes de Palmela Gare e zona nascente do concelho evitem os semáforos na Volta da Pedra tomando a rua de Aljubarrota como alternativa para quem pretende seguir para Setúbal.

As minhas questões em concreto Sr. Presidente são as seguintes:

- Está nos planos da Câmara a construção de rotundas nos dois cruzamentos da Volta da Pedra com a sinalização luminosa atual?

- Considera alterar o sentido de trânsito na rua de Aljubarrota fazendo com que se circule apenas no sentido descendente, ou seja da EN 252 até à rua do Parque como é exigência dos moradores?

Permita-me concluir Sra. Presidente da Assembleia apelando ao Sr. Presidente da Câmara que diligencie de imediato com as entidades competentes à semelhança do que foi feito uma centenas de metros mais acima no cruzamento com a estrada do cemitério.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora o Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente esta minha segunda intervenção é para colocar aqui uma questão ao Sr. Presidente da Câmara e fazer duas referências ao que foi apresentado anteriormente como Recomendações.

Mas antes permita-me, Sra. Presidente, que solicite à Sra. Presidente para providenciar uma mesas à comunicação social porque custa-me, pela segunda vez, ver a decano do jornalismo do concelho a lamentar não ter onde colocar o seu computador. Esta já é a segunda sessão que eu vejo a D. Fátima Brinca a queixar-se e isto deixa-me incomodado.

Em relação à questão que eu quero colocar ao Sr. Presidente é o seguinte, é em relação à rede viária e à pintura da sinalização horizontal. Eu bem sei que nós acabámos o Verão e apesar de termos aqui a informação da Câmara de uma empreitada de sinalização horizontal nas estradas municipais para dois mil e dezasseis, o certo é que acabámos o Verão e temos um défice de pintura particularmente nas zebras para a passagem de peões. Isto é um caso que acontece em muitos concelhos, particularmente concelhos grandes e com populações de grande densidade populacional.

Mas queria chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Palmela para um aspeto que é a pintura em si. Uma pintura horizontal de estrada em sítios onde não há desgaste rápido particularmente passadeiras, que ficam em artérias no princípio e no fim de cada artéria e que tem pouco trânsito, é no mínimo para durar três anos e o que nós verificamos no nosso concelho é que nós temos zebras pintadas que ao fim do ano estão invisíveis e algumas até menos. Isto acontece das duas uma, ou a tinta é fraca ou os aditivos químicos que são misturados na tinta para que esta tenha adesividade e afixação ao asfalto não são os indicados. E podem-me dizer assim: bom mas estes serviços são feitos pelos serviços da Câmara e se duram pouco nós também poupamos alguma coisa, mas se são feitos por serviços externos era bom que o Sr. Presidente tivesse cuidado e no caderno de encargos exigisse a quem pinta a sinalização horizontal que aquilo tivesse lá um mínimo de tempo.

Eu não estou a ver o Sr. Presidente provavelmente estará a rir-se como é habitual porque, enfim, não concorda.

Eu acho que, de facto, não é admissível nós termos passadeiras pintadas que ao fim de pouco tempo não estão lá, desaparecem. E se o Sr. Presidente não tiver cuidado com o caderno de encargos e exigência de estar lá um mínimo de tempo, qualquer dia pintam-lhe as passadeiras com cal e na primeira chuva aquilo vai logo ao fim de uma semana ou duas.

Em relação a outras questões que foram aqui apresentadas pelo PSD/CDS e eram Recomendações, e não tinham intervenções, mas não é justo que não se comente rapidamente. Em relação à retirada do mono mais emblemático que é a grua de Águas de Moura, dá-me graça ver que o PSD se apoderou do facto da grua de lá ter saído quando aqui eu pelo menos em dois mil e sete coloquei a questão de que aquilo estava ali em perigo, e coloquei mais vezes, mas pronto.

Agora o que realmente me deixa preocupado é que o PSD/CDS venha com as preocupações dos idosos que têm falta de legitimidade para terem estas preocupações. O que vejo aqui é remorsos, então não foram eles que cortaram as pensões aos idosos? Então não foram eles que retiraram os apoios sociais? Não foram eles que reduziram o valor do trabalho dos filhos e netos que ficaram dependentes das parcas reformas dos idosos e que foram viver para casa dos idosos.

Oh Sra. Presidente o Sr. Vereador não pode estar a intervir. Já vem tarde e más horas, vem aqui para beber o café mais barato e está a intervir? Era só o que faltava. Não tenho paciência para estupidez.

Retiraram transportes gratuitos de acesso à saúde que deixaram de poder usar as ambulâncias para se deslocarem aos hospitais. Não foram eles que aumentaram as taxas hospitalares? Haja vergonha na cara.

E porque têm de explicar primeiro porque é que de dois mil e onze a dois mil e quinze, em Portugal, os mais pobres tenham perdido vinte e cinco por cento dos seus rendimentos, expliquem isto, tenham vergonha na cara e expliquem isto, enquanto os cerca de dez mil muito ricos em Portugal tenham aumentado os seus rendimentos em mais de trinta por cento e as fortunas dos oitocentos e setenta multimilionários portugueses aumentaram dez mil milhões de dólares (oito mil milhões de euros) no mesmo período, exatamente, apesar da crise em que o Passos e o Portas gritavam que era igual a crise para todos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Membro da Assembleia."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Para terminar rapidamente Sra. Presidente, também esta questão do IMI para os verdes, do sol e das vistas já estava na lei do PSD/CDS, mas para a direita é muito simples. Aumentar os impostos ao grande capital, a quem tem muito património é ideológico, é um crime de lesa pátria, é o PREC, assim os ricos não investem e fogem com o capital mas roubar as pensões aos portugueses, reduzir o valor do trabalho, retirar apoios sociais, implantar o trabalho precário, etc., etc., isto é efeitos da crise e tudo em nome da austeridade, assim os ricos já investem. Haja vergonha na cara.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tenho outro pedido de intervenção do Partido Socialista, mas seguindo o princípio da rotação vou dar a palavra ao PSD/CDS que acabou de pedir."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Em primeiro lugar referir que, ao contrário de outras pessoas, eu tenho paciência. Estive aqui a ouvir o Sr. Deputado José Manuel Silvério, portanto tenho paciência mas gostaria de referir que o Sr. Deputado não é a primeira, não é a segunda, não é a terceira vez nem será a última, porque quando está nos genes as coisas continuam não há emenda, desde o tempo em que estava daquele lado e agora está deste que tem este tipo de intervenções. Mas pronto, as ações ficam com quem as pratica eu tenho paciência para ouvir, fui eleito e de facto tenho de ter, o Sr. Deputado não é o dono da verdade, não é o Sr. Deputado que diz se os outros se podem rir ou não, se os outros podem ou não estar tristes porque, felizmente, há uma democracia.

Em relação à questão dos idosos eu também lhe respondo. Quem é que colocou o país na eminencia de um resgate financeiro, quem é que assinou o resgate financeiro, quem é que colocou o país na bancarrota e depois de uma série de ações que o Sr. Deputado agora acusa os outros às vezes convinha antes relembrar estes factos.

Agora voltando ao tema porque em relação às Recomendações há uma questão que é as Recomendações poderão ser faladas na altura ou não ou poderão ser faladas depois. Eu, de facto, aqui tenho algumas dúvidas se não se deveria logo debater o tema independentemente dos outros temas para depois não cairmos neste tipo de situações.

Mas agora voltando àquilo que estávamos a tratar, que era as questões ao Sr. Presidente da Câmara, eu gostava só de saber porque tem havido algumas reclamações relativamente à recolha porta à porta do lixo em estabelecimentos de restauração, nomeadamente na Quinta do Anjo, mas saber se está tudo bem, se não está, se podemos depois fazer chegar mais alguma preocupação que nos seja dita em relação a essa questão.

Em relação à iluminação pública, também tinha uma questão. Nomeadamente em Pinhal Novo e em certas zonas eu recordo aqui a zona perto do restaurante "O Telheiro", a zona da rua Bento Jesus Caraça, rua Raul

Brandão, por vezes já é noite escura e a iluminação ainda não acendeu. Saber o porquê desta *décalage* e já agora também aqui no largo quando cheguei reparei que havia inúmeros candeeiros que também estavam apagados, eu penso que não seja nenhuma forma de austeridade encapotada e que seja uma avaria, o Sr. Vereador está-me ali a dizer, e em relação ao Pinhal Novo é os temporizadores que se calhar têm que ser um pouco antecipados devido à mudança do sol.

Tinha outra preocupação e que diz respeito ao pavimento da avenida dos Ferroviários, também em Pinhal Novo. Aquele pavimento está a ficar muito vidrado, aproxima-se mais uma época de chuvas e, de facto, há muitas viaturas que perdem a aderência e é uma preocupação de segurança acrescida devido à extensão e também às rotundas, não é, fazer uma rotunda em piso molhado com aquele pavimento que potencia os despistes e pode causar acidentes.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Para outros assuntos ainda tem a palavra o PS, Sr. Membro Bruno Grazina."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Sra. Presidente da Assembleia Municipal permita-me cumprimentar na sua pessoa todas e todos os presentes.

Esta minha intervenção queria começá-la com um lamento à ocorrência de falhas graves por todo o concelho na recolha de resíduos e na limpeza urbana, deixando votos aqui ao executivo de que esta situação seja brevemente regularizada e lançando também um apelo à reflexão quanto ao modelo atual. Será que faz sentido continuar com o modelo atual, será que há modelos melhores? Deixo-vos esse convite a que façam essa reflexão.

Queria também deixar uma nota de satisfação pelo início das obras de qualificação do estacionamento do lado sul da estação ferroviária do Pinhal Novo, se não o fizesse estaria a ser injusto uma vez que também foi uma proposta que já tive oportunidade de reivindicar várias vezes em sede desta Assembleia e que constitui uma clara e objetiva mais-valia para a população pinhalnovense. Contudo há que lamentar que com o decurso das obras não tenha sido garantida uma passagem mais digna para os peões, sendo que a solução encontrada não permite de todo a existência das melhores condições de acessibilidade e neste aspeto lembro-me de pessoas com mobilidade reduzida que terão imensa dificuldade em transitar na solução encontrada, que é provisória, mas não deixa de ser uma solução que já dura há pelo menos três semanas e que irá durar mais algum tempo. Sugerimos à autarquia também que tenha em atenção esta questão e que daqui retire as devidas ilações.

Ainda neste mandato queria referir que foi aprovada nesta Assembleia uma Recomendação, proposta pelo Bloco de Esquerda, para que deixassem de ser aplicados os herbicidas com o composto glifosato e é certo que ainda decorrem estudos sobre o impacto desta substância no organismo humano mas a verdade é que este compromisso foi aqui assumido pela Assembleia, e que devia ser seguido pelo executivo, e no período a que esta sessão se reporta foi aplicado um herbicida de seu nome *"Cosmic"* composto em trinta por cento por glifosato. Queria aqui deixar um voto de lamentação pelo desrespeito desta deliberação, que foi uma Recomendação, gostaríamos que tivesse sido seguida como todas as outras Recomendações que são aprovadas nesta casa que relembro é a casa da democracia do nosso concelho e lamento profundamente que assim não tenha sido.

Por último queria deixar nota de que no próximo fim de semana decorrerá o festival Bardoada AJCOI, que é um festival que muito honra a população e a vila de Pinhal Novo trazendo bandas sempre de grande qualidade, feito por e para gente da terra ao contrário de alguns pseudo festivais anunciados como um intitulado festival VIVE e um putativo evento que foi anunciado e que não se realizou, em que organização deste festival usou na imagem dos cartazes a imagem da Junta de Freguesia de Pinhal Novo e da Câmara Municipal de Palmela e queria-vos dizer que circula pelos populares que este uso não foi consentido por

estas entidades. Eu queria terminar questionando V.Exas. se assim foi e em caso afirmativo se preveem a tomada de medidas do foro jurídico perante este tipo de situação.

Disse. Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Antes de continuarmos a nossa sessão, e aliás este ponto vai caminhar para o final e eu a partir daqui tencionava dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões que muito bem entendesse, mas antes disso a intervenção anterior suscita-me aqui uma pequena reflexão que partilho com os Srs. Membros da Assembleia.

Vamos lá ver, nós temos que nos entender em relação a algumas figuras, e eu não tenho a pretensão de estar completamente certa, e ao uso das figuras que o Regimento prevê. Em meu entendimento e o que terei feito mal foi aceitar na altura votar uma Recomendação do Bloco de Esquerda porque o Regimento distingue, a alínea c) fala em apresentar propostas de recomendações e pareceres, e por acaso até diz aqui moções e isto aqui está mal porque as moções não entram aqui, e requerimentos, depois na alínea d) apresentar moções de censura, votos de louvor, votos de congratulação, de protesto, de pesar respeitantes a acontecimentos relevantes e ações ou omissões.

É evidente que os Srs. Membros da Assembleia podem apresentar todas as questões que entenderem sejam elas sob a forma de pergunta, e por isso é que o PSD escreveu a pergunta e eu disse que a remetia para período das intervenções e interpelações diversas, etc., ou por outro lado, e foi o entendimento que fiz da intervenção inicial do Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda resolveu passar a escrito as suas recomendações mas em meu entender este tipo de documento não tem que ser votado, senão vejamos. Para já entrávamos na figura que o Sr. Presidente da Câmara há pouco invocou, e que até podia ser a figura inicial da submissão à discussão, ou seja de aceitar a discussão, não é, íamos votar a admissão da proposta4 e, portanto, nós entrávamos aqui num emaranhado, aliás só à laia de parêntesis dizer-vos que então não tínhamos nem um quarto da discussão, se quiserem ir por aí a gente vai mas eu acho que não abona a favor da democracia nesta casa.

Na minha opinião nós devemos ter em atenção que, realmente, a orientação dos trabalhos está dividida, há um primeiro período chamado Período de Antes da Ordem do Dia em que, os Srs. Munícipes primeiro, os Srs. Membros da Assembleia logo de seguida colocam as questões que tiverem que colocar e alternadamente, às vezes, começo logo pelas Moções quando vejo que são questões e que há mais Moções, Saudações, seja o que for, porque muitas vezes o essencial das intervenções dos Srs. Membros da Assembleia até está nas Moções.

Ora eu hoje olhei para a nossa ordem e com oito documentos escritos achei que devia dar preferência a estes porque estes esgotariam no essencial as matérias que nós iríamos abordar. Bem se os Srs. Membros da Assembleia entendem, e bem, que há uma parte dos documentos e uma parte das intervenções que vêm escritas que devem ser Moções se quiserem que sejam votadas e Votos terão essa figura. Se quiserem continuar a apresentar aquilo que eu leio como propostas de Recomendação podem fazer tudo por escrito e apresentar, mas essas não serão votadas e como não são votadas passamos à frente. De tudo isto o Sr. Presidente da Câmara, naturalmente, retém tudo o que entender que pela generalidade são questões colocadas ao próprio exercício do executivo e abordará no seu ponto tudo o que entender.

Agora nós temos que nos fixar relativamente a isto, eu por princípio na leitura que faço do Regimento não submete a votação, e de facto o que fiz mal foi ter votado na altura aquela Recomendação do bloco de Esquerda, figuras destas propostas de Recomendação, enfim questões, etc. Sugeria é q eu nós tentássemos disciplinar um bocadinho e separar as questões, quando querem fazer perguntas ao executivo são perguntas ao executivo vindo escritas, ou não, são perguntas ao executivo. Quando são documentos para serem votados na sessão que sejam Moções ou Votos, claramente, podem ter vários tipos mas são todos eles Moções ou Votos. Outras interpelações podem ser feitas aqui oralmente, só temos que gerir o tempo mas temos que nos entender quanto a isto, certo?

Já temos muita matéria e para terminar este período vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para as questões que entender abordar.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu gostaria de começar por esclarecer que não me causa qualquer incómodo a apresentação de Recomendações, pelo contrário já foram aqui apresentadas várias ao longo do mandato e muitas delas nós, porque temos as mesmas preocupações, procuramos dar-lhes seguimento."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Oh Sr. Presidente, desculpe lá. Peço imensa desculpa por lhe tirar a palavra mas houve uma questão que me passou e que era muito importante para terminar este ponto.

À conta desta confusão, já agora, deixem-me dizer-vos é extemporâneo mas acho que é importante e peço desculpa porque depois é que não viria de todo a propósito, eu relativamente a uma coisa que obrigava na minha leitura a ser votada e por isso submeti-a que foi o Voto de Congratulações sobre a grua, eu votei contra porque não me revejo em nada no texto. Em princípio até podia ser uma coisa positiva e tê-la-ia aprovado, pronto, mas os senhores fazem a opção em concreto não teriam o voto contra se tivessem aqui feito um comentário, uma intervenção. Neste caso, porque apresentam um Voto, eu entendo que tenho que o submeter a votação e voto contra, quer dizer estou de acordo com a grua mas não estou nada de acordo com o vosso texto.

Isto é só para nos entendermos quanto à forma como, na minha opinião, haja acordo sobre a maneira de trabalhar.

Sr. Presidente, agora sim por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

Obrigado, Sra. Presidente.

Portanto as Recomendações são úteis, mas são sobretudo mais úteis quando temos oportunidade de discutir os seus pressupostos e os seus fundamentos porque aqui não está em causa qualquer mau convívio com a democracia. Nós podemos é dar cabo da democracia utilizando a inverdade e a falsidade o que não dignifica o exercício dos cargos públicos.

Prosseguindo e não posso deixar de contornar esta Recomendação dos eleitos do Bloco de Esquerda, que muito estimo, mas considero que os eleitos do Bloco de Esquerda deviam ter escolhido melhor o cicerone ou os cicerones que os levaram a ver algumas coisas porque, de facto, há aqui pressupostos errados e vou seguir a ordem.

O jardim de Aires é constituído por uma zona relvada arborizada em frente à igreja e na lateral junto ao centro comunitário ou paroquial. Tem uma parte do espaço de jogo e recreio que foi requalificado e que tem merecido rasgados elogios e utilização intensa por parte das famílias, um enorme investimento e anunciámos que era uma intervenção na primeira fase. Em que é que consiste a intervenção da segunda fase que está a ser estudada? Não é aquilo que os senhores identificam como canteiros porque não são canteiros. Aquela zona desde o início da sua inauguração sempre houve opção por prado sequeiro, pela colocação de vegetação mediterrânica da nossa zona e da Arrábida e havia um sistema de rega que veio a ser várias vezes vandalizado durante vários mandatos. Eu que tive o pelouro sei o que é que passámos para conseguir dar água àqueles arbustos. Nesta segunda fase trataremos essa zona mas sobretudo com a intensificação da colocação de plantas autóctones e que resistem bem, como por exemplo os loendros, às mudanças bruscas de temperatura e faremos outro tipo de arranjos tendo em vista uma circulação e um atravessamento, que já se faz informalmente, e depois o conceito do espaço que tem um grande círculo central em saibro branco é uma opção porque aquele espaço, o senhor membro do Bloco de Esquerda se

calhar desconhece, já serviu de espaço de eventos, de feiras, da mostra de artesanato de Aires e partir deste pressuposto não me parece correto.

Depois isto é a mesma história do que fazer declarações sobre esta matéria para os jornais e alguma imprensa nunca procurar saber o contraditório até porque foi dito que o polidesportivo de Aires estava impedir centenas de crianças das escolas de fazerem desporto. Ora, felizmente, a escola básica de Aires tem excelentes instalações para a prática desportiva inclusivamente coberta, tem pavilhão quando escolas do 2º e 3º ciclo e secundárias não têm.

Prosseguindo, eu também considero que o polidesportivo de Aires está mal aproveitado mas eu não posso obrigar a população e o associativismo a utilizá-lo. Recentemente quando soube da eleição duma nova direção para o Airense congratulei-me com o facto e apesar de não ter estado no aniversário, mas esteve lá um membro do executivo da Câmara, dissemos que estávamos disponíveis para protocolar com o Airense a utilização daquele, e de outros espaços, e com a nossa Junta de Freguesia que tem a delegação de competências para a manutenção do espaço. Os polidesportivos como espaços de jogo e recreio são inspecionados pela Câmara, são inspecionados pela ASAE e têm uma grelha de aferição, o piso não está identificado como uma situação grave, estavam lá outras e que felizmente o Sr. Presidente da Junta após a Festa das Vindimas, foi esse o seu compromisso, começou a trabalhar na recuperação das patologias que lá existiam.

Sobre a antiga escola primária votada ao abandono, Sr. Membro da Assembleia a antiga escola primária é neste momento um edifício municipal e não tem nada que ver com o Ministério da Educação desde mil novecentos e oitenta e sete. Trata-se de um equipamento municipal de reservas arqueológicas, a escola está repleta de reservas arqueológicas e museológicas devidamente catalogadas e onde trabalha uma técnica do nosso Museu Municipal. Procuraremos com a obra que iremos fazer no espaço do antigo espaço do posto da GNR transferir parte dessas reservas sobretudo aquelas que têm que estar acessíveis ao investigadores que querem mexer naqueles milhares de ossinhos, de cacos mas também de outras coisas porque também se faz museologia com arqueologia industrial, com profissões, com ofícios. O aspeto que a escola tem de facto nós não temos a preocupação porque não é prioridade ir-mos lá limpar as ervas no logradouro. A escola tem boas condições, não há lá problemas de intrusão, tem alarme, as salas estão em bom estado, o aspeto exterior tem ervas pois bem nós procuramos dar continuidade ao combate às ervas e ao corte de fenos na via pública aquele é um equipamento que não tem uma utilização pública logo é uma segunda prioridade, mas faremos, naturalmente gostamos de ter os nossos espaços em condições, a limpeza.

Agora esta das torrentes de água constantes que provêm do depósito da água situado por cima do fontanário de Aires, primeiro não há nenhum reservatório é uma mina de água. As minas de água são da responsabilidade, consulte a legislação sobre os recursos hídricos, da Agência Portuguesa do Ambiente. Quando fomos alertados, possivelmente pelo seu cicerone, não fomos alertados é uma coisa muito grave mas isso eu deixo para outras pessoas porque se eu fosse vítima daquele tipo de acusações as coisas não estariam assim."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

(intervenção não audível por não ter sido utilizado o microfone)

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Nós fomos ao local, nós verificámos, nós notificámos a Agência Portuguesa do Ambiente e para que deixasse de haver escorrências, apesar de não ser da nossa competência, face à ação silente da Agência Portuguesa do Ambiente mandámos tamponar a zona da escorrência e isto garanto-lhe que foi feito. Depois o tanque foi desentupido e todo o fontanário foi devidamente reabilitado com um excelente trabalho de recuperação por parte da Junta de Freguesia.

Buracos nos passeios na rua de Aljubarrota, rua Fundadores do Airense e rua do Airense olhe eu estive no local na segunda-feira, e tinha estado também na semana anterior, infelizmente, como outras pessoas que aqui estão por causa do velório da pessoa que hoje honrámos aqui com um Voto de Pesar, mas garanto-lhe

quando há situações destas o que qualquer cidadão deve fazer é alertar a Câmara e a Junta de Freguesia. Se os problemas de Aires são estes estávamos muito tranquilos. Se vier uma notificação para a Câmara a Câmara de imediato, através do Gabinete de Participação, por e-mail no mesmo dia põe a questão no lado da Junta de Freguesia. Se for uma situação não de reparação mas de necessidade de prolongamento de um passeio, etc., a Câmara tem feito e aliás esteve lá a fazer precisamente nestas ruas, junto da ciclovia e do corredor ciclável, e vamos fazer não nestas ruas mas no prolongamento da Lino dos Reis já a caminho do Padre Nabeto. Eu acho que deveríamos informar melhor e perceber melhor alguns destes assuntos, em todo o caso estamos disponíveis para como o Sr. Membro da Assembleia e com estes munícipes falar sobre estas matérias e ver efetivamente onde é que há falhas e aquilo que às vezes são duas ou três fixações que algumas pessoas têm sobre estes assuntos e que apesar de todas as medidas já tomadas continuam a falar no assunto.

O mesmo, pego já na sua intervenção posterior, relativamente à rua de Aljubarrota é que não sei se lhe disseram, esse munícipe ou munícipes com quem esteve em Aires, que nós fizemos duas reuniões públicas no centro paroquial sobre esta matéria e que nós explicámos tudo isto às pessoas. Explicámos, inclusivamente, porque é que não poderia haver dois sentidos ou um sentido descendente e a solução, que foi aquela que arranjámos, está a funcionar. Está a funcionar com a proibição de pesados naquele troço e manutenção dos dois sentidos, com entraves naturalmente a um estacionamento desordenado. Numa rua que tem um perfil dos anos setenta e que não está preparada para levar uma linha de estacionamento paralela e dois centros de distância, porque está regulamentado quais são as dimensões das faixas de rodagem em cada um dos sentidos e nós não podemos inventar. Agora estamos a trabalhar numa solução de fundo, estamos a trabalhar numa solução de chegar ao fundo na rua de Aljubarrota e fazer uma ligação num terreno que veio à posse do município para ligar à dos Fundadores do Airense para num futuro o trânsito escoar com outra facilidade.

Relativamente à questão da rotunda, a rotunda dita do ALDI da Volta da Pedra, que foi uma obrigação que impusemos está prestes a começar, tem tudo aprovado plano de segurança, autorização das Infraestruturas de Portugal, a obra está devidamente licenciada pela Câmara, está tudo ok. A rotunda do outro entroncamento, dita do Intermarché e perdoem-me a publicidade às insígnias, foi um compromisso antigo de um retail parque, que acabou por não fazer nenhuma porque entrou em insolvência, e nós estamos a trabalhar nesse assunto. Temos o projeto da Rino & Rino, esse retail que esteve para avançar, vamos fazer algumas adaptações, não é para este mandato digo-lhe já Sr. Membro da Assembleia porque temos outros compromissos que estamos a cumprir, e queremos cumprir, mas estamos a trabalhar no assunto e possivelmente até teremos parceiros para nos ajudar a pagar essa rotunda.

Agora permitia-me dar continuidade aqui a algumas questões e eu não resisto a falar sobre a questão do pavilhão. Naturalmente não vou entrar em aspetos da discussão entre os Srs. Membros da Assembleia mas aproveito para responder à Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto. Relativamente ao pavilhão da Secundária de Palmela como outros que existem, por exemplo o dito pavilhão da Secundária de Pinhal Novo aquilo não é um pavilhão. É que o Município, ao contrário do que foi dito pelo Sr. Membro Raul Cristóvão, mesmo no passado fez propostas e estava aberto a comparticipação, eu conheço esses ofícios da Sra. Vereadora Adília, era a Sra. Vereadora Adília que tinha o pelouro. Um desses ofícios cheguei a afixá-lo na sala dos professores, no caso do Pinhal Novo porque não era professor em Palmela e não o fiz, para esclarecer algumas questões de então dos conselhos pedagógicos sobre esta matéria. Mas é um facto, é um facto que a premência maior do pavilhão da Secundária surge depois de ter ido abaixo aquela caixa que era um ginásio. Aquilo que o Município defende, e sempre defendeu, e se disponibiliza para comparticipar é se for, efetivamente, um pavilhão gimnodesportivo com medidas oficiais que permita a utilização pelo movimento associativo para competições oficiais e isso achamos que temos que dar o nosso contributo. É literalmente oposto a outras coisas que têm sido feitas nalgumas escolas secundárias por este país com obras megalómanas da Parque Escolar em que se gasta o dinheiro em tudo mas as coisas depois não ficam funcionais nem serve para isso. O que nós consideramos é o seguinte: nós já sabíamos o que é que estava a acontecer, o atual Governo está a querer fugir à responsabilidade com uma forma muito habilidosa no âmbito da delegação de competências a ferro e fogo para as autarquias. Saiu uma portaria e a notícia a que aludiu o Sr. Membro da Assembleia António Mestre é clara e a ANMP já fez o alerta, é que o Governo em vez de responder a propostas que os municípios têm feito. A proposta do Município de Palmela Sra. Membro da Assembleia é a seguinte: façam um pavilhão do modelo que nós apresentámos para ser utilizado pelas associações, pelo Clube de Basquete de Palmela, pela Casa do Benfica, pelo Palmelense, e outras

associações que vão surgir, porque a partir do momento em que o pavilhão puder ser utilizado pela comunidade garanto-lhe que há outras dinâmicas que vão aparecer e outros agentes a querer outras modalidades, façam-no e nós estamos disponíveis para comparticipar com uma determinada percentagem entre os vinte/trinta por cento e depois com vários modelos de gestão e um contrato a xis anos. Fizemos essa proposta, fui acompanhado pelo Sr. Vereador Adilo e fomos muito bem recebidos pela Sra. Secretária de Estado Adjunta, já falamos com Chefes de Gabinete, o problema é que nos criaram uma expectativa e sistematicamente não há respostas e semanalmente o meu Chefe de Gabinete telefona para o Chefe de Gabinete da Sra. Secretária e eu tive que interpelá-la na visita à Escola Secundária sobre o assunto. O que me disse a Sra. Secretária de Estado, *"o Sr. Presidente sabe que ainda estamos a ver a questão do* orçamento, etc.", mas eu temo é que estejamos a chegar a um ponto de desresponsabilização do Ministério da Educação, que tem a responsabilidade de dotar estas escolas com essa infraestrutura, para vir depois a fazer uma coisa que é aquilo que diz a notícia, e diz a ANMP, que é ir ali buscar uns fundos europeus para dizer que a comparticipação são cinquenta por cento, mas dos fundos europeus, e agora os municípios que paguem outros cinquenta por cento. Quanto a isso eu quero dizer que achamos que é uma chantagem, que é injusto e que não é o modelo de relacionamento que entendemos que devemos ter com a Administração Central, porque eu também não peço a nenhum Ministério seja de que Governo for para vir fazer uma estrada, para vir fazer infraestruturas de água e saneamento, para vir fazer obras em competências que são da autarquia. A autarquia ao disponibilizar-se para um investimento que está orçado em cerca de setecentos e cinquenta mil euros, entrar com vinte ou trinta por cento, é na perspetiva de vir depois a gerir o pavilhão seja através da empresa municipal Palmela Deporto ou então utilizarmos o pavilhão xis horas por dia e ao fim de semana. A proposta é clara e eu até posso fornecer aos Srs. Membros da Assembleia qual foi. O ofício existe e não tenho problema nenhum. Nós queremos uma solução e esta postura do Município, que já é herdeira de posturas idênticas de mandatos anteriores, neste momento foi apenas mais objetivada com percentagens, com modelos, porque o Ministério não tem um modelo, a Parque Escolar não tem um modelo, e nós propusemos isto com a toda a lisura e gostaríamos que houvesse uma solução porque noutras matérias, como a saúde, nós achamos que quem tem que construir o centro de saúde é o Governo no entanto iremos investir, mas vamos investir porque achamos que há ali uma mais-valia e uma possibilidade de cooperação que torna a obra mais rapidamente concretizável para passar do sonho à realidade e que já tem vinte anos de atraso, portanto relativamente a esta matéria que fique claro.

Sobre o IMI, como ninguém da bancada da CDU se referiu a isto, o que eu gostaria de dizer Sras. e Srs. Membros da Assembleia é que é conhecido o compromisso da maioria que está em exercício na Câmara Municipal que é continuar a baixar, aliás eu já disse na reunião do ano passado qual era o nosso objetivo, que é o que está nas atas, sobre esta coisa quem criou, quem não criou, estes fatores de desvalorização e de valorização isso os senhores discutem e toda a gente sabe porque os documentos são claros e sabe-se quem é que propôs isso. Agora o que lhe posso garantir é o seguinte: o Município não tem intenção de solicitar qualquer reavaliação com base nesses fatores e aqui o sol quando brilhar brilha para todos nós e vai continuar a brilhar porque o IMI vai continuar a descer. Aceita-se a Recomendação de V.Exas. não aceito naturalmente parte do argumentário com o ataque à esquerda porque esses fatores são importantes como são importantes outros mas, por acaso, possivelmente a minha força política, aliás já o disse, faria de outra forma porque há outros fatores a entrar na valorização e há outros que estão a desvirtuar. Posso dizer-lhe que se não houver reavaliações o Município está a ser altamente prejudicado porque se V.Exa. for ver quantos metros de prolongamentos de esgotos fizemos nalguns sítios e quantos asfaltamentos novos estamos a fazer neste mandato, esses são chamados coeficientes de conforto deveriam levar a um ligeiro aumento do IMI mas nós não vamos pedir isso, há-de ser feito ciclicamente sem crise quando as pessoas fizerem obras novas utilizam o modelo do INE e são obrigadas a por as infraestruturas que têm, etc., etc., etc. Olhe devia ser muito mais penalizador se tem piscina ou não tem piscina ou outras coisas mais, também entra. Cá estaremos, vai continuar a baixar mas há aqui uma questão que eu tenho que repor a verdade também para contestar um argumento dos proponentes da Recomendação, é que a receita não vai aumentar. A receita está a diminuir e está a diminuir graças a uma medida que a esquerda tomou, e bem, que é da isenção automática para as pessoas com rendimentos até sessenta e não sei quantos e valor patrimonial do imóvel até sessenta e sete mil e qualquer coisa. Só esse efeito, basta ver aí as nossas contas, nós temos neste momento menos quinhentos mil euros de previsão de receita de IMI. Nós já previmos com o abaixamento que fizemos da taxa e estamos neste momento com cerca de quinhentos mil euros a menos, portanto a receita vai baixar e nós vamos baixar a taxa na mesma.

Sobre a grua, fico satisfeito com a grua, fico satisfeito com a referência ao parque intermodal Pinhal Novo sul e não hesito ironizar é que agora toda a gente quer ser pai da criança, mas também dou isso de barato. Só queria dizer que relativamente à grua, é um esclarecimento importante, houve várias vozes não interessa porque os problemas não têm cor política mas quero aqui esclarecer uma questão Srs. Membros da Assembleia porque também isso várias vezes foi utilizado para criar alarido. Nunca foi possível comprovar a perigosidade daquela infraestrutura, pelo contrário todas as certificações de empresas externas, de empresas de montagens de gruas e de outras entidades apontavam para a estabilidade daquilo. Ainda assim nós considerávamos que aquilo já lá estava há muito tempo e que também até do ponto de vista visual mas para além da pressão psicológica, será que isto está bom que isto não está, que era importante tirar. Foi um calvário, o Sr. Vereador Adilo reuniu meia dúzia de vezes com os proprietários, notificações, pronúncias ao abrigo do CPA, demonstração de que não era perigo mas, felizmente, a grua saiu e ainda por cima sem ser necessário um cêntimo do erário público e aí felicito o Sr. Vereador Adilo porque esteve previsto ser feito doutra maneira e isso ia custar a todos nós a retirada da grua.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, pedia que tentasse abreviar."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"São questões muito pertinentes que os Srs. Membros da Assembleia colocaram."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pois eu sei, mas já passou meia hora a mais já são onze horas."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Limpeza de monos, RSU, ervas, bom importa dar conhecimento aos Srs. Membros da Assembleia e aos Srs. Munícipes em geral, que temos respondido às reclamações, que estamos no meio de um processo extremamente delicado e que ainda hoje estivemos a fazer o ponto de situação com o Jurídico e com a Administração e Finanças sobre o assunto.

Nós temos anunciado e fizemo-lo, o reforço, contratámos empresas em ajuste direto, a Rodolixo, a Ecoambiente, mas o que acontece Sras. e Srs. Membros da Assembleia é que não obstante já termos o visto do Tribunal de Contas duma proposta que apresentámos em março de um concurso que ficou com as adjudicações em junho/julho, sensivelmente, os senhores da empresa que estava anteriormente, para além de se ter portado mal no último mês, e por isso foi multada com multas no valor de nove mil e oitocentos euros, sensivelmente, quase dez mil euros e que está agora a pedir-nos para pagar em trabalho e nós precisamos, apresentou uma contestação que não foi aceite e intentou uma ação em tribunal, uma providência cautelar e nós estamos preocupadíssimos com isso.

Nós explicámos isso em reunião de Câmara, nós aprovámos uma alteração orçamental no início de setembro para poder fazer agora ajustes diretos pontuais a ver se isto, enfim, se deslinda porque nós queremos que a empresa que ganhou o concurso, para já estamos à vontade o tribunal que decida aquilo que decidir, mas nós até já dissemos à empresa contestatária que tirem a providência cautelar que nós, obviamente e eles têm condições para isso, se ganharem em tribunal, em julgamento, que naturalmente serão ressarcidos dos lucros que eventualmente viriam a ter com a prestação de serviços e que não tiveram nesse período. Nós já fizemos todas as propostas e mais algumas, e o que é que está a acontecer? Está a acontecer que aquilo que nós contratualizámos para este período que devia ser até dezanove de setembro, aliás trazemos hoje aqui na Revisão verbas avultadas de reforço prevendo já que a telenovela vai durar e por isso mesmo estamos a pensar fazer ajustes diretos a outras empresas é que isto dos ajustes diretos só quem trabalha com os procedimentos, e a senhora que é da área jurídica e mesmo não precisamos de ser todos da área jurídica basta lermos o CPA e isto não é fácil, há ali limites.

É isso que está a fazer com que as coisas não estejam bem. Dois fatores, a empresa que saiu começou a ser negligente nas últimas três semanas do contrato e por outro lado com a providência cautelar da empresa que saiu e perdeu o concurso, que é um concurso para três anos, está a atrasar o processo da regularização para cumprirmos os dias que estão estipulados. Mas depois há outros problemas Srs. Membros da Assembleia e sobre os monos até gostava que outras pessoas falassem, que mostrassem o que é que nós temos visto por todo o lado e quero dizer-vos que estamos neste momento, e bem, a fazer um trabalho especial de fiscalização, também com o apoio do SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente) porque no nosso concelho vem gente de todo o lado, prestadores de serviços de várias áreas, fazer despejos ilegais ao lado dos contentores. Inclusivamente o *outsourcing* que adjudicamos agora, em ajuste direto para colmatar o assunto, começa a fazer um circuito e tais não são as quantidades nas periferias que quando chega aos centros urbanos para limpar está tudo cheio, só no dia seguinte.

Neste momento temos zonas com três dias de atraso, passámos um mau bocado em Cabanas e ainda não está resolvido, nos Portais foi uma falha da empresa nova que não sabia os circuitos todos mas que anda neste momento com encarregados nossos, atrás e à frente, estamos a fazer fiscalização contentor a contentor e, portanto, é esta a explicação para os problemas. Agora garanto-lhe que com aquilo que vamos aprovar hoje ficamos aqui com fundo de maneio para tomarmos outras medidas.

Relativamente às outras questões do protocolo de calçadas, quero garantir-lhe que nós monotorizámos e que faremos um levantamento das questões com membros do executivo da Junta, que aliás se têm disponibilizado também para isso.

Só não resisto à questão do coreto, o coreto já foi dito até a alguns munícipes, o Município no próximo ano com a Junta de Quinta do Anjo fará a repintura do coreto e isso já foi explicado só que alguns munícipes até insistem em pôr isso nas redes sociais quando já lhes foi respondido.

Relativamente a ervas falaremos daqui a pouco no glifosato.

Sr. José Manuel Silvério, relativamente ao caderno de encargos esteja descansado porque ele diz quais são as especificações técnicas da tinta e também os trabalhos de sinalização são acompanhados por um técnico do município. Com o volume de tráfego que têm as nossas estradas municipais e alguns arruamentos internos, que são mais utilizados até para escaparem a algumas estradas nacionais, e também o facto de termos algumas localidades, até porque são zonas mais rurais pequenos aglomerados, que têm muitas areias nas bermas, etc., etc., nós também verificamos uma duração abaixo daquilo que é estimável mas o prazo destas tintas é em média dois anos. Curiosamente esta semana mandei as especificações técnicas de uma outra empresa, que me foi dado por um vereador de um concelho vizinho, porque gostei da luminância da pintura que foi feita nesse concelho vizinho mas hoje ao passar por lá já reparei que basta este calor para elas ficarem alteradas. Aliás, digo-lhe, se viessem uns pingos de chuva as marcas algumas ficam logo avivadas, porque os próprios pneus sujam as marcas e depois há outro fenómeno que não resisto a explicar isto porque isto é para lhe dar nota, não é que eu saiba tudo sobre isto mas gosto de aprender com os meus técnicos, que damos atenção ao problema. O que o senhor fala é pertinente e não entra por aqui e sai por ali não, eu posso não gostar da forma como o senhor o diz mas garanto-lhe que estudamos o problema que é aplicação das tintas em determinadas épocas do ano com estas humidades que já há durante a noite, durante o dia está calor, se eles começarem a pintar às oito/nove da manhã aquela tinta dura menos do que se for aplicada às três da tarde. Há fenómenos destes que estamos a tentar acompanhar, mas quero garantir que não pintámos tudo nem conseguimos todos os anos pintar tudo, nenhum concelho o faz e o senhor também teve a hombridade de reconhecer que isto acontece em muitos concelhos, até aqui à volta e noutros pontos do país, até em Lisboa e eu gosto de tirar fotografias em todo o lado também às vezes para dizer "pensava que era só em Palmela mas afinal não". Bom mas para dizer que prevendo precisamente a necessidade de reforço temos um outro concurso que já está em habilitação de concorrentes, porque recebo na plataforma e confirmo com a nossa Diretora, e que vai ter uma parte de execução orçamental este ano e outra parte de execução no próximo ano, qualquer coisa como mais trinta mil euros, mas só este ano nós já fizemos pinturas que ultrapassam os cinquenta mil euros nas duas empreitadas, pelo que teremos todo o interesse em considerar a sua chamada de atenção.

Relógios astronómicos, os relógios astronómicos têm uma variação e vão desregulando em média doze minutos por ano. Temos falado neste assunto com o Sr. Vereador, agora quando houver a mudança da hora vai ser tudo afinadinho porque depois há zonas que têm que acender mais cedo como o acesso à estação, à

porta das escolas, outras que não é necessário nalgumas zonas. No largo de São João não são lâmpadas fundidas é uma grave avaria que ocorreu durante a Festa das Vindimas, todos gostamos de festa mas isto deixa algumas nódoas negras, e que a própria EDP ainda não conseguiu descobrir mas lá iremos.

Pavimento da avenida dos Ferroviários, quero garantir Sr. Carlos Vitorino que vamos em torno das rotundas fresar e pôr uma camada antiderrapante. O resto da avenida tem lá zonas de remendos que foram feitas por nós e que vão ser melhorados, precisamente por causa da humidade não deixou colar o alcatrão, e o senhor sabe o que é que eu estou a falar porque passa lá todos os dias como eu. Vamos intervir aí e isso tem que ver com muitas estradas que no passado eram feitas com uma percentagem significativa de resíduos calcários misturados no betuminoso em vez de basálticos e aquilo que nós estamos neste momento a comprar, e a adjudicar, é com resíduos basálticos que são mais antiderrapantes e, portanto, é muito pertinente porque há ali despistes à mínima humidade ou à mínima travadela porque os carros começam logo ali a dar traseira.

Sr. Bruno Grazina, sobre a recolha dos monos esta explicação global que dei mas garanto-lhe que é uma das nossas preocupações. Aliás não há dia nenhum que nós não façamos com os nossos técnicos um ponto de situação, eu vinha para a Assembleia e estava a conferir o que é que se iria passar esta noite e esta madrugada com um dos nossos técnicos. Nós só conseguiremos estabilizar depois da aprovação da Revisão para podermos fazer outros ajustes e oxalá isto da providência cautelar se deslinde rapidamente.

Tem razão relativamente ao plano de segurança porque o plano de segurança, que foi feito e que foi aprovado, na obra da circulação da intermodal porque houve ali menos atenção da parte do empreiteiro às questões de circulação e de sinalização. Já estamos a corrigir e também demos instruções, até em termos de faseamento de obra, porque às vezes é importante deixar uma parte pronta mesmo que desorganize um bocadinho o trabalho mas dá outro conforto às pessoas. Tem toda a razão e nós estamos preocupados com isso.

Relativamente ao glifosato ainda bem que toca neste assunto porque isto permite-me falar de duas coisas, de Recomendações que nós assumimos aqui que também temos preocupação com a matéria mas temos preocupação em deslindar o assunto porque este é um assunto muito sério. O que nós assumimos é a redução e estamos a reduzir e é precisamente em termos de percentagem, o doseamento, do produto por cada mil litros de água é muito inferior àquilo que lá está, são instruções claras, e que estão escritas, dos nossos trabalhadores; ponto dois, já vamos ao glifosato e aos outros produtos e ao alarido que foi criado por um partido que também está aqui representado e que afinal abriu a porta a outra multinacional, isto parece que interessa é mais monopólio e menos planeta, mas eu faço questão de explicar porque isto é importantíssimo. É que não estamos preocupados com o glifosato que é aplicado nas estufas, para infestantes em redor de alimentos que nós consumimos, mas estamos preocupados com o glifosato no espaço público com um doseamento inferior e que não é nocivo a animais e pessoas. Agora o que nós defendemos é um estudo isento sobre esta matéria e o que a Câmara faz é reduzir as mondas químicas, e por isso tem mais problemas de ervas, está a fazer mais cortes, já gastou trinta e seis mil euros em ajustes diretos de empresas com roçadouras a trabalhar com os nossos trabalhadores complementando áreas onde não conseguimos ir, por exemplo a Sra. Membro da Assembleia falou ali na estrada de Palmela onde há uma parte que é das Estradas de Portugal mas dentro do bairro das Pegarias está programado o trabalho para a próxima semana e estamos a recorrer a empresas externas porque não temos trabalhadores para cortar tanta erva e ainda há pessoas que cortam à sua porta. Ainda sobre o glifosato quero aqui dizer-lhe uma coisa, a Monsanto tinha a patente de variedades transgénicas tolerantes ao herbicida e ao mesmo tempo tinha a patente do herbicida e nós na Assembleia da República alertamos para isto, o importante era controlar este assunto. A Bayer nos últimos anos começou a colocar no mercado um substituto do glifosato que diz que é o único substituto eficaz, segundo a marca, que é o *Liberty link* e não interessa quantas vezes mais custa. Com aquele alarme público em torno do glifosato, eu quero também convocar a vossa inteligência para a reflexão sobre isto, o que aconteceu é que a Monsanto desapareceu, foi vendida por sessenta milhões, tuta-e-meia, a Bayer comprou a Monsanto e estamos de novo nas mãos dum monopólio que vai ter a exclusividade do único produto, mas também não sabemos se também é transgénico, que afinal é muito bom. Houve aqui alguém que fez o jeito a alguém, na minha área partidária não foi. O caminho destas forças políticas que votaram isso, e os senhores foram atrás do BE, porque é a vossa consciência crítica, está enganado, está enganado, o PCP foi acusado de ser retrógrado porque não se preocupava com a saúde das pessoas, estava destinado, o vosso ao sucesso foi abrir a porta à Bayer. Sr.

Membro da Assembleia sabe o que é que nós queremos fazer? Primeiro queremos que se esclareça esta questão dos glifosatos, e outros produtos químicos, porque também não somos entusiastas disso, mas hoje é inevitável trabalhar com esses produtos sob pena de ser impossível tratar o espaço público, mas estamos neste momento a reunir com empresas que têm um processo de erradicação de ervas através de um processo térmico, certo? Vamos conhecer essa maquinaria, agora vamos ver se isso é exequível. Até lá temos que cortar à mão, tudo bem se os senhores não se têm enganado na Lei do Orçamento de Estado e não se têm esquecido de revogar lá uma norma nós hoje, que até temos dinheiro para contratar e não podemos, se calhar já podíamos ter contratado mais vinte operacionais que era aquilo que gostaríamos de ter para ter o pessoal a roçar ervas. Atenção a esta questão do glifosato, estamos a reduzir aliás este ano em vez das campanhas que fazíamos nesta altura ainda só fizemos umas pontualmente e com menor redução e estamos a estudar outras soluções.

Sobre o Festival Livre com toda a clareza meu caro amigo o logotipo do Município foi utilizado com autorização e tudo foi tratado como devia ser, só que no mês de agosto o Município, e bem, começou a exigir os contratos com os artistas, porque o senhor até tem contratos com alguns artistas porque comprou um pacote de concertos, não é isso só. Houve um empresário de um artista que nos contactou a dizer que estava a ser anunciado e que não tinha contrato com o senhor, os outros estavam e a questão é essa. A questão é que nós exigimos para o festival ser feito no local que estava programado, que eram as instalações do Mercado Mensal da Junta, que tinham que haver vários requisitos de segurança, de infraestruturas e licenças e demos um prazo. As licenças não foram apresentadas e nós a partir de certa altura dissemos: meu amigo não conta com o apoio do Município para nada e o melhor é mandar abaixo o festival. Tendo em conta que era o período de férias da vereação, e meu, não tivemos oportunidade de fazer um desmentido público que gostaríamos de ter tido tempo para o fazer, mas foi isso que aconteceu. Isto é como outras coisas, nós também temos aí muita empresa a vender coisas e todos nós, às vezes, somos apanhados nesta carruagem.

Já agora, e bem, o senhor referiu-se ao Festival Bardoada AJCOI e convém dizer que tem o apoio do Município, que se realiza em instalações municipais, ah o senhor não sabe disso é que os senhores não gostam de valorizar isso, está certo. O apoio que nos foi solicitado foi concedido, são apoios logísticos, são gastos de energia, de água, lá estaremos e apoiamos esse festival como outros e conheço há muitos anos esses ditos festivais. Estamos de acordo que é um excelente festival.

Só uma nota final Sra. Presidente sobre a Recomendação sobre o Dia do Idoso. Não vou fazer considerações de outra natureza política, de quem é que fez o quê, de quem é que não criou um único novo acordo para apoio domiciliário, etc., etc. Vou só convidar a Sra. Membro da Assembleia e todos os Membros da Assembleia a não deixarem de passar pelas comemorações de "Outubro Maior – Mês das Pessoas Idosas" no Mercado da Cidadania e para convidá-la a ver, também, no nosso Relatório o Programa Municipal de Apoio à Pessoa Idosa e a conhecer o funcionamento do Conselho Local de Ação Social do Município, que tem quarenta instituições, porque a rede social dá resposta a muitas dessas questões. Se for às comemorações vai poder contactar com IPSS, com empresas, com associações, com escolas, com Municípios, que estes agentes todos estão a trabalhar nesta lógica de apoio aos idosos e das respostas que são hoje outras necessárias e que vão além da institucionalização em lares, em centros de dia. Eu até tenho ouvido é comentários, às vezes depreciativos, da oposição que é: bom a gente leva aos seniores à praia, levamos à moda praia, o 50 + isso é só festa e tal. Não, isto é que é o combate à solidão é que estas pessoas para serem cidadãos de corpo inteiro têm de ter acesso a isto tudo, à informática, aos programas de ginástica, etc., etc. Temos até protocolos, e as instituições também, com a GNR para visitas a idosos que estão isolados em zonas rurais, é feito um trabalho meritório no concelho, não tutelado pela Câmara, nem a Câmara quer nem se assume, nem se advoga, como tendo o mérito, mas sobretudo da rede. A rede está a trabalhar bem neste domínio, está neste momento a faltar outro tipo de respostas e vamos, por exemplo, ter na próxima reunião de Câmara uma proposta muito concreta de apoio a uma construção de uma associação de idosos do nosso concelho.

Disse, Sra. Presidente."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP** ausentou-se da sala pelas 23:15 horas.

O **Sr. Bruno Grazina do PS** ausentou-se da sala pelas 23:15 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, obrigada.

Hoje ultrapassou todos os limites e nós vamos adotar, se calhar, uma solução diferente no ponto de Informação sobre a Atividade Municipal.

Vamos deixar o Sr. Presidente beber água, vamos apreciar as atas e se houver alguma questão a colocar ao executivo muito bem, se não houver está distribuída a Informação e passamos à frente, está bem?

Vamos às atas então."

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação as minutas das Atas Números Vinte, Vinte e Um e Vinte e Dois, datadas de vinte e cinco de novembro, dezassete de dezembro de dois mil e quinze e vinte e seis de janeiro de dois mil e dezasseis, respetivamente, dispensando-se a sua leitura em virtude de terem sido previamente distribuídas. Foi dada a palavra aos Srs. Membros presentes para as intervenções que considerassem oportunas.

Não havendo intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação as atas:

**A Ata número vinte, de vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, foi aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor (dezoito da CDU, quatro do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE) e três abstenções (duas do PS e uma do PPD/PSD.CDS-PP).**

**A Ata número vinte e um, de dezassete de dezembro de dois mil e quinze, foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (dezoito da CDU, quatro do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE) e três abstenções (duas do PS e uma do PPD/PSD.CDS-PP).**

**A Ata número vinte e dois, de vinte e seis de janeiro de dois mil e dezasseis, foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (dezoito da CDU, quatro do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE) e três abstenções (duas do PS e uma do PPD/PSD.CDS-PP).**

## Período da Ordem do Dia

## PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Munícipes, Sras. e Srs. Jornalistas.

O período em apreço caracteriza-se por uma intensa atividade em todos os domínios da vida local, quer no que se relaciona diretamente com o investimento e os compromissos municipais, quer no que se refere às iniciativas das comunidades e associações locais de cada freguesia do nosso território.

Merece particular destaque a inauguração do Centro de Recolha Oficial de Animais de Palmela (CROA), um equipamento municipal que garantirá todas as condições de bem-estar, segurança e defesa dos animais errantes recolhidos pelo Município. Este investimento, orçado em cerca de 133 mil euros, vem preencher

uma necessidade grande do nosso concelho e cumprir mais um compromisso que assumimos com a população para este mandato.

Também neste período, o Município firmou, com a administração central, dois acordos da maior relevância para o futuro do nosso concelho – a assinatura do contrato-programa para a Consolidação das Encostas do Castelo de Palmela e a assinatura do contrato-programa para a Construção da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Pinhal-Novo Sul. Em ambas as obras estão já a decorrer etapas necessárias à sua concretização.

No que se refere à Participação, decorreram em Junho as semanas das freguesias de Poceirão e Palmela, durante as quais foi possível centrar a atenção de eleitos e técnicos do município nos projectos e prioridades dos respetivos órgãos autárquicos, territórios e munícipes.

O projecto "Eu participo" Crianças e Jovens entregou, no final do ano lectivo, certificados de reconhecimento às crianças, professores e escolas que, com o seu empenho, contribuíram para a distinção do Município de Palmela com uma menção especial do Observatório Internacional da Democracia Participativa. Estiveram envolvidas 160 crianças, 12 professores e 4 escolas (Batudes, Palhota, EB Joaquim José de Carvalho e EB de Águas de Moura). A todos os alunos que concluíram o 4º ano, foi atribuído o cartão Agente "Eu Participo".

No domínio da Proteção Civil, destaca-se o trabalho conjunto com as associações de bombeiros de Palmela e Pinhal Novo na preparação das candidaturas ao POSEUR para a requalificação dos respectivos quartéis e a renovação de viaturas.

Durante este período, em plena época de fogos, o Serviço Municipal de Proteção Civil empenhou-se também na avaliação de riscos, no apoio ao Posto de Comando Operacional e coordenação dos meios municipais nos incêndios e limpezas de terrenos suscetíveis de constituírem risco.

Na Educação, para além da preparação de procedimentos para a execução de obras de requalificação e ampliação nas EB Palmela 2, Aires, Águas de Moura, Matos Fortuna e Cabanas, foram realizadas obras de manutenção e beneficiação numa dezena de escolas e reforçado o seu apetrechamento, designadamente ao nível do parque informático.

A rede pública do pré-escolar terá, este ano, mais duas salas, no agrupamento José Maria dos Santos. No total, o Município dispõe de 34 salas de jardim-de-infância, em 14 estabelecimento de ensino, abrangendo 900 crianças, entre os três e os seis anos.

Foi também aprovado o plano de transportes escolares para o ano letivo 2016/17, um investimento de mais de um milhão de euros, que assegura a deslocação entre o local de residência e a respetiva escola a 2589 alunos e alunas. Este ano, estes circuitos de transporte foram alargados às crianças das freguesias rurais que frequentam a rede pública do pré-escolar, numa medida de discriminação positiva que tem em conta a realidade do território, designadamente, no que se refere à escassez de transportes públicos e ao incentivo à frequência deste grau de ensino.

Durante este período, foi também feito o planeamento do Programa de Alimentação Escolar, destinado ao 1º ciclo e educação pré-escolar da rede pública para o presente ano letivo.

No Dia Mundial da Criança, decorreram no concelho diversas atividades, das quais se destacam as comemorações no Complexo Desportivo Municipal de Palmela, que constituiu uma grande festa-convívio de centenas de famílias.

No âmbito do Programa Municipal de Apoio à Pessoa Idosa, decorreram, neste período, diversas atividades de animação social e recreativa, que mobilizaram mais de duas centenas de idosos de oito IPSS do concelho. Destaque para o Desfile Moda Praia Sénior, a visita ao Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e as iniciativas no âmbito do Dia dos Avós.

As comemorações nacionais do Dia Mundial do Dador de Sangue decorreram este ano em Poceirão, numa organização conjunta da Federação Portuguesa dos Dadores Benévolos de Sangue e da Associação de Dadores de Sangue da freguesia. Este encontro, que constitui já um marco, a nível nacional, reuniu sete centenas de pessoas.

No período em apreço, vários investimentos no Centro Histórico de Palmela, no âmbito do PEDU, nomeadamente através do Plano de Ação para a Regeneração Urbana, entraram em fase de elaboração dos

respetivos projetos e estudos, designadamente, no que se refere à recuperação da Capela de S. João Baptista, Salão Nobre dos Paços do Concelho, antigos edifícios da Rádio Pal e da GNR e a requalificação da Rua Serpa Pinto.

Foi também iniciada a empreitada de Ligação Intermodal Pinhal Novo-Sul (estação ferroviária), obra também financiada por fundos comunitários.

No domínio do abastecimento de águas, foi concluída a ampliação e remodelação da rede de abastecimento de água na estrada do Lau (EM 533), numa extensão de 342 metros, e adjudicado o prolongamento da rede de abastecimento no Aceiro do Marcolino. Estão ainda a decorrer os trabalhos de ligação dos furos da Fonte da Vaca ao Reservatório da Cascalheira, um investimento orçado em 99 mil euros.

Neste período, as manifestações culturais ocupam preferencialmente as ruas e espaços públicos, com dezenas de iniciativas promovidas pelo movimento associativo e as festas populares de cada freguesia – Festas Populares de Pinhal Novo, Noites de Verão, FIAR, FISP, Festa da Escudeira, Santos Populares, Festas de S. Pedro da Marateca, Festa das Vindimas, White Party, Welcome Vindimas e Wine Jazz são algumas das manifestações culturais e recreativas que contam com o apoio financeiro e logístico do Município e atraem milhares de pessoas.

O segundo concerto da Sinfonia Palmela, da autoria do maestro Jorge Salgueiro, assinalou o Dia do Concelho, com a participação de músicos das orquestras locais e as cantoras líricas Isabel Biu e Lucinda Morais, dando continuidade a um projecto muito acarinhado pela sua elevada qualidade e simbolismo.

Numa intervenção atenta e continuada, nos Espaços de Jogo e Recreio, foram concluídas empreitadas de qualificação e reparação dos equipamentos da EB1 do Bairro Alentejano, Monte Novo Poente (Pinhal Novo) e EB1 Zeca Afonso, em Pinhal Novo. De igual modo, foi iniciado o procedimento para a substituição das superfícies de impacto nos EJR municipais.

No desporto, as atividades integradas nos programas de desenvolvimento do atletismo, ginástica, judo e os dedicados a sectores específicos da população (50+) e o "Mexa-se em Palmela" movimentaram mais de 2500 praticantes.

Na vertente de desporto escolar, o Aprender a Jogar Palmela 2016 - Festival de Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, coorganizado pelo Município com a Coordenação Local do Desporto Escolar da Península de Setúbal envolveu 1167 crianças do 1º ciclo dos três agrupamentos de escolas do concelho. Os Jogos Desportivos Escolares continuam a mobilizar os 2º e 3º ciclos e contaram com a participação de 486 alunos e alunas, na fase inter-escolas.

O Município apoiou ainda a 78ª Volta a Portugal em Bicicleta, que teve uma meta volante em Palmela, e o Campeonato Nacional de Contrarrelógio Individual Elites Amadoras, Masters e Paraciclismo, promovido pela Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal.

A rede viária continua a ser uma área de intervenção muito exigente, em empreitadas por administração direta ou com recurso ao exterior. Aos investimentos na pavimentação, que incluem, naturalmente, infraestruturas de saneamento essenciais, somam-se várias dezenas de obras de conservação e das vias, reparações de calçadas, limpeza e proteção de bermas e outros trabalhos necessários à segurança rodoviária de veículos e peões, nas cinco freguesias do concelho.

A terminar, permitam que destaque, ainda, a conclusão da pavimentação da Rua da Palmeira (Marquesa II) e da primeira fase da empreitada de requalificação da baixa e zona comercial de Águas de Moura e ligação à EN 5. Entre as pavimentações em curso, neste período estão, também, a da Rua Julien Bruand, em Lagameças, Abel Ferreira, em Poceirão, José Luís Cipriano, em Quinta do Anjo, e Rua dos Farias, em Pinhal Novo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sobre a Informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, alguma questão a colocar ao Sr. Presidente em concreto?

Tem a palavra pelo Partido Socialista, o Sr. Membro José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Sra. Presidente, boa noite.

Boa noite a todos os Membros da Assembleia, boa noite Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Técnicos do Município, Jornalistas presentes e público em geral.

Três ou quatro notas à laia de comentário com duas perguntas pelo meio.

A primeira tem a ver com a análise da execução orçamental, efetivamente o Sr. Presidente já aqui falou da diminuição da receita do IMI, que vai neste momento em cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros, que seria perfeitamente expetável em face do número de imóveis que é taxado de IMI neste ano pela primeira vez e em função da redução que entretanto foi feita. Congratulo-me que mantenha a ideia de que esta redução tem que continuar numa senda que permita a cada um dos munícipes sentir efetivamente essa mesma redução.

A minha pergunta tem a ver essencialmente com o IMT. Há aqui um crescimento de mais de setecentos mil euros e a pergunta é, porquê em face do histórico do IMT que não conduzia a esta perspetiva nesta fase?

Depois ao nível da Despesa estamos aqui neste período do ano, comparativamente ao ano passado, com um decréscimo de cerca de um milhão de euros. Isso deve-se a novas empreitadas, a processos que estão pendentes e que não permitem o pagamento "atempado" por parte do Município, o que é que passa efetivamente em relação a essa matéria?

Financiamentos externos, eu fiquei muito satisfeito com a questão dos financiamentos externos com a perspetiva de financiamentos externos com todos os projetos que têm sido feitos no âmbito do Município, pelo que gostava de saudar essa parte porque me parece relevante em face do que é o possível aproveitamento de verbas que o Município não tem para se chegar à frente para assumir com todos estes trabalhos.

No entanto gostava de referir aquilo que para mim é um erro crasso de execução, e de gestão, destes anos todos do Município que tem a ver com o edifício dos Paços do Concelho. O edifício dos Paços do Concelho nunca foi uma prioridade para nenhum executivo, e nesta linha gostava de perceber como é que esta requalificação do Salão Nobre dos Paços do Concelho, que está aqui colocada nos financiamentos externos com quatrocentos mil euros para duzentos mil ser suportado pelo Município, vai ser feita. Vamos remendar o Salão Nobre para podermos lá depois reunir a Assembleia Municipal e as sessões de Câmara ou vamos fazer algo mais no edifício conjunto que permita, enfim, não uma requalificação e uma efetiva ocupação daqueles espaços mas que permita pelo menos que possamos de alguma maneira usufruir das diferentes valências que lá existem. Esta requalificação do Salão Nobre deixa-me aqui algum engulho principalmente pelo facto do edifício do Município nunca ter sido aqui uma prioridade.

Por outro lado, em relação à Lei dos Compromissos e sendo certo que este executivo tem tido, e teve, como prioridade e teve como prioridade e conseguiu diminuir bastante aquilo que era o volume de dívida que o Município tinha em dois mil e treze e que permite, neste momento, ter uma capacidade de endividamento muito, mas muito, superior àquela que tinha nessa data tentar perceber porque é que continuamos a fazer contratos de prestação de serviços de avença na área da advocacia e do apoio jurídico, qualquer coisa como setenta e nove mil euros, penso eu, em cinco anos, este não diz. Há um contrato de prestação de serviços de avença na área de advocacia e apoio jurídico com data de adjudicação de dezoito de julho de dois mil e dezasseis, data de contrato vinte de julho de dois e dezasseis com um valor global de setenta e nove mil euros. Não temos dentro do quadro municipal juristas e/ou advogados que possam trabalhar a este nível, sendo que aqueles que têm vindo a sair dos quadros do Município e este ano oito são por aposentação? Esta é a primeira pergunta.

A segunda tem a ver um bocadinho com aquela questão de há pouco. Há um novo contrato de arrendamento de instalações por um período de cinco anos, gostava de tentar perceber para que era este novo contrato de arrendamento que entronca na incapacidade que existiu de termos um edifício, ou de termos edifícios, e não estes edificiozinhos todos que permitisse que os serviços tivessem instalados condignamente e que também o serviço à população pudesse ser prestado de uma outra forma.

E era só Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão?

Tem a palavra pelo PSD/CDS, a Sra. Membro Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora eu tinha aqui umas perguntas mas o meu colega Carlos já falou dessa parte da restauração, do porta-a-porta, é que temos recebido reclamações de varejeiras e moscas junto a contentores de restaurantes que despejam diretamente os resíduos das comidas nos contentores. Depois para melhor esclarecimento se quiserem falar connosco estamos ao dispor.

Eu queria também saber relativamente à horta comunitária da Quinta do Anjo nunca aqui me pronunciei mas quero-vos dizer que não concordo pessoalmente com a localização, mas isso é uma opinião minha particular. O que eu queria aqui perguntar era se aquelas clandestinas junto aos prédios nos Portais da Arrábida vão finalmente terminar, uma vez que, num terreno que era do Município, o Município sempre permitiu aqueles canaviais misturados com plantas e couves que não sei se seria por necessidade premente porque eu conheço as pessoas que fazem lá as hortas. Era esse o esclarecimento que eu queria do Sr. Presidente.

Relativamente à pergunta que o PS fez, também tinha aqui uma anotação mas já sabia que iria haver uma avença jurídica que nos meus cálculos custará pelo valor que aqui está três mil trezentos e vinte e um euros mensais, pelo menos nos valores que aqui estão, ano dois mil e dezasseis e começa em julho, não sei estas são as minhas contas se calhar estou a fazer mal. Em todo o caso agora quando o Sr. Presidente esclareceu a diferença entre um jurista e um advogado fiquei contente e também lhe queria dizer que sou advogada e não sou só jurista.

Obrigada."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP** retomou participação nos trabalhos pelas 23:25 horas.

O **Sr. Bruno Grazina do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 23:25 horas

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção Sras. e Srs. Membros da Assembleia, para dar a palavra ao Sr. Presidente e responder às questões colocadas, por favor?

Com brevidade Sr. Presidente, está bem?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Muito sucintamente, Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, o IMT não há que fazer aqui qualquer considerando ou de desvios de estimativa. Como sabe nós somos obrigados a fazer a estimativa com base naquilo que foi recebido nos últimos vinte e quatro meses e é isso que temos que por no nosso Orçamento. Nós não controlamos o IMT, ao contrário de outros impostos que temos estimativas mais seguras, ninguém controla tem a ver com as dinâmicas do mercado e em março houve pagamentos excecionais, há compras de terrenos, há empresas que estão a comprar espaços devolutos, etc., etc. É a dinâmica do mercado e ainda bem, e espero que o Partido Socialista mantenha a palavra, que se voltou atrás nesta ideia de acabar com o IMT porque sem o IMT eu não sei também como é que os Municípios vão sobreviver a não ser que criem outros impostos e taxas para os Municípios o que no meu entender não seria desejável, portanto, depende da dinâmica do mercado.

Não referiu, por exemplo, a queda da Derrama que é muito preocupante e que não terá que ver com menor proficiência dos lucros das empresas tem que ver com outras coisas da máquina fiscal que infelizmente, e essa é uma grande reivindicação dos municípios portugueses através da sua associação, nós continuamos sem ter acesso aos dados. Quer dizer metem-nos lá no Portal uma importância que nós temos a receber mas nós sabemos se temos mais se temos menos, e o que aconteceu neste caso, a informação que tenho através do Sr. Diretor, é que apenas nos esclareceram, de uma forma muito fugidia da administração tributária, que houve anulações e reembolsos às empresas, não sei como. Sei é que o Município também já regista aqui um valor muito considerável a menos do que aquilo que pensava receber face ao ano passado.

Do IMI é como diz, há essa quebra.

Sobre os financiamentos externos, ora bem os financiamentos externos teve que ver também com o trabalho abnegado do engenho e arte até dos nossos técnicos, quer dos fundos quer das obras, empreitadas, etc., que foi algumas empreitadas que até já vinham do mandato anterior conseguimos candidatá-las em tempo record ao *Overbooking.* De facto o *Overbooking* do QREN permitiu-nos ir buscar quase oitocentos mil euros, mas também agora vamos ter o reverso da medalha. O Sr. Membro da Assembleia sabe que para fazer obras os Municípios precisam de ir a empréstimos e no passado nós fomos aos empréstimos para o investimento, como não podemos ter empréstimo e QREN para a mesma obra vamos agora, e vem aqui nesta proposta de Revisão, pagar já antecipadamente o empréstimo com esta verba, certo?

Edifício dos Paços do Concelho – Salão Nobre, Sr. Membro da Assembleia o Município ao longo de muitos anos se já tivesse feito um superedifício central de serviços possivelmente teriam ficado muitas outras importantes para a população por fazer e, é bom que se saiba até quando se fazem algumas comparações, há claramente no nosso concelho o antes e o depois do 25 de Abril. Não é como outros concelhos que tinham já quase tudo feito e tudo construído. Nós continuamos a ter muita coisa por fazer mas estamos a fazer cada vez mais, mas temos ainda muita coisa para fazer. Nós temos previsto um edifício atrás do edifício dos Paços do Concelho, com projeto, com orçamento aprovado, com o parecer favorável da Direção Geral do Património Cultural. Não quisemos enveredar por parcerias público privadas, e outros esquemas de financiamento, como algumas Câmaras fizeram que têm excelentes edifícios centrais e que hoje pagam juros agiotas desses investimentos que fizeram. O que nós pretendemos é no próximo mandato equacionar este ou outro edifício que centralize mais serviços mas não prescindimos de ter serviços descentralizados quer em Pinhal Novo quer na vila de Palmela porque estes serviços dão vida à vila de Palmela estando descentralizados. As pessoas se tiverem num edifício central como eu conheço outras Câmaras nem o café vão tomar à pastelaria do lado, praticamente têm ali tudo dentro, etc., etc., mas não é isso que está em causa. Quero só dizer-lhe que o edifício está previsto e que o edifício dos Paços do Concelho ao apostarmos no Salão Nobre estamos a apostar em obras que têm acessibilidade, promovem a acessibilidade das entradas naquele pequeno espaço logradouro ao lado da entrada para o Gabinete da Presidência vai permitir a entrada para pessoas com mobilidade reduzida, tem outro tipo de obras e tem sobretudo a resolução dos problemas das infiltrações na rua de Nenhures porque o edifício está, para o senhor ter uma ideia, três ou quatro metros abaixo da rua, está soterrado, e também ao nível do telhado. Mas ainda assim gostava de convidar o Sr. Membro da Assembleia a olhar com mais atenção para o edifício, ele foi todo pintado e tem estado a funcionar bem não foi uma operação de cosmética, houve tratamento de fissuras que continua a ter porque são edifícios com muitíssimos anos. Mesmo esta semana andaram a colocar tela no telhado e hoje não me deixavam trabalhar à martelada lá em cima, acho que andavam a meter umas redes anti pombos. O edifício tem várias zonas onde está bem conservado, o Sr. Diretor é que tem as melhores instalações é quase tão bom quanto o Gabinete do Presidente, o Gabinete do Presidente é muito húmido faz mal à asma, tem zonas que vão ser intervencionadas como o saguão mas, de facto, o objeto tem que ser o Salão Nobre para ir buscar aqueles fundos tem que ser o Salão Nobre, e o Salão Nobre é para se tornar um espaço de visitação para atos honoríficos simbólicos excecionais e de visitação turística e só assim é que nós vamos conseguir. O senhor acha que mesmo com a reabilitação do espaço conseguíamos lá fazer a nossa Assembleia e todos os nossos atos solenes? Felizmente crescemos, há muita gente a participar na discussão e na democracia, o número de Membros da Assembleia cresceu, o público também vem aos nossos eventos, portanto não ficaríamos lá bem acomodados. Aquela sala, como existe noutros pontos do país, tenderá a tornar-se uma sala de fruição cultural e patrimonial e é isso que iremos fazer.

Depois fala-me aqui de um novo contrato de arrendamento, isto é simples. É que nós largamos esse contrato e fomos para umas lojas que tínhamos abandonado, agora conseguimos e bem, isto é gestão pura e dura, renegociar o contrato com o anterior e vamos voltar ao edifício onde estava a DPOP ali perto da pastelaria M7, passo a publicidade. Aquilo que conseguimos foi com um contrato de cinco anos pagar cerca de metade daquilo que pagávamos anteriormente e não ter que fazer umas obras para repor as adaptações que lá foram feitas, porque os senhorios têm esse direito de nos obrigar a repor aquilo como estava, o que é claramente vantajoso para o Município e vamos poupar dinheiro com esta operação.

Depois relativamente à Lei dos Compromissos, o que se trata é uma programação e ainda bem que existe Compromissos Plurianuais. Houve uma renovação com o gabinete de Advogados que nos representa em várias ações e juízo e os valores são os mesmos, não houve aumento, certo?, e inclui o IVA e dá estes valores. Não houve aqui acréscimo nenhum mais e volto a dizer, como já disse quando discutimos o Orçamento, que neste mandato reduzimos substancialmente o número de avenças e quando se diz que há aí muita gente, juristas, advogados e tal, não é a mesma coisa e posso dizer-lhe que acabámos de perder mais uma jurista que estava avençada para a Área Metropolitana, como estão a sair outros técnicos para outros locais onde lhes pagam melhor do que na administração pública ou para onde têm, se calhar, possibilidade de progredir noutra carreira. Assim ainda teremos de contratar, aliás eu já dei autorização para o efeito, uma outra advogada para compensar esta que acabou de sair. Não há aqui qualquer acréscimo, é pura e simplesmente a renovação que é um contrato plurianual e tem que ser trazido ao conhecimento das Sras. e Srs. Membros da Assembleia.

Sobre a questão do despejo dos resíduos, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, há um circuito de recolha para os agentes económicos porta-a-porta. Esse circuito de recolha é contratualizado pelos agentes económicos quando são produtores acima de determinada cubicagem, mais de uns quantos metros cúbicos, e quando não têm, por exemplo, abastecimento de rede de água e não estão a pagar resíduos. Quem não tem água não está a pagar resíduos à Câmara. Hoje o regulamento permite o contrato individual e estamos a fazer o contrato individual e estamos a fazer este trabalho com as entidades económicas. A situação que descreve é outra, é que se há restauração que faz despejos, e eu conheço também alguma, de restos de comida, sopa e líquidos nos contentores, assim só se lavarmos os contentores todos os dias, nós aumentámos mais uma lavagem este ano ainda não a fizemos por causa da providência cautelar, e isso tem de ser denunciado porque hoje os regulamentos dizem claramente como é que os resíduos têm de ser acondicionados dentro do contentor, em sacos fechados, etc., etc.,, os regulamentos dizem isso assim como dizem se eu cortar uma palmeira na minha casa qual a quantidade que eu posso pôr dentro de um saco ao lado do contentor e em que dia. As pessoas é que, de facto, não cumprem e nós nesta matéria vamos procurando fazer mais sensibilização, estamos a fazer e até tenho pena que não tenhamos trazido uns saquinhos para a recolha seletiva para os Srs. Membros da Assembleia, mas faremos chegar. Estamos a fazer novas campanhas porque isto tem que ir lá também um bocadinho com cidadania,

Horas clandestinas, naturalmente são clandestinas não podem existir. A partir do momento em que ordenámos um espaço para o efeito aquilo tem de acabar e o Sr. Vereador tem esta nota da área da fiscalização porque já tive queixas precisamente que se acentuaram depois de termos a horta, ou seja agora que o Município tem uma horta arrumadinha, está a fazer um acesso, está ali a arranjar umas coisas não faz sentido aqueles senhores ou senhoras lá estarem pelo que vai ter que ser retirada e vamos mandar a fiscalização ao local não obstante a nossa preocupação agora ser com a fiscalização dos resíduos.

Disse Sra. Presidente, peço desculpa mas isto tem que ser explicado em pormenor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos entrar no ponto dois a Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano pelo que peço ao Sr. Presidente para enquadrar."

## PONTO DOIS – 2ª Revisão ao Orçamento 2016 e Grandes Opções do Plano 2016-2019

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Vou naturalmente resumir, na Receita entram aqui mais uma tranche do regime de *Overbooking* no valor de duzentos e noventa e cinco mil euros e na Despesa ajustes nas Despesas com Pessoal sem aumento, é tira de um lado e mete noutro porque há gente que muda de unidade orgânica, e depois outro compromisso é que nas quartas e nas quintas alterações ao Orçamento, feitas em reunião de Câmara, fomos buscar dinheiro para lançar determinados procedimentos e determinadas obras e temos agora o compromisso na segunda revisão, com este saldo, de repor o dinheiro onde ele estava inicialmente. Estou a lembrar-me, por exemplo, de quinhentos e setenta mil euros que resultam de cento e quatro mil euros nos transportes escolares, quatrocentos e vinte mil euros para a ex-SIMARSUL e quarenta e cinco mil euros de iluminação pública. Tínhamos ido lá buscar porque são grandes bolos que não estavam a ser utilizados nos primeiros seis meses do ano, mas isto agora até final do ano vai ser necessário ser pago e estamos a repor.

Depois há reforço de várias dotações já existentes, há sempre mais maquinaria para comprar, mais ferramentas, mais mobiliário urbano, há reforço também na aquisição e reparação de máquinas e viaturas em valores muito significativos é que reparar niveladoras, retroescavadoras, caterpílares, etc., são reparações caras, não são feitas nas oficinas do Município, são empresas da marca e da especialidade, isto é um bolo ainda significativo mas para lançar um concurso não significa que venhamos a gastar porque ele depois vai sendo gasto à medida das necessidades.

Também nos Sistemas de Informação pequenos reforços, quatro mil e seis mil, para scanners para a DAU, são plotters de grandes dimensões, também para servidores, bastidores, por causa desta mudança de instalações.

Depois nas Funções Sociais, e estou a procurar ser muito rápido, temos várias ações novas e queria chamar a vossa atenção. Estas ações novas são noventa por cento, para não dizer noventa e nove, ações de investimento. Requalificação da EB2 Zeca Afonso, uma escola lindíssima mas que já precisa de obras por exemplo vamos fazer projeto e obra de ampliação e prolongamento do telheiro e ampliação do refeitório, no valor de oitenta e cinco mil euros para dois mil e dezassete temos que ter esta dotação; uma nova ação requalificação da Brejos do Assa, é que nós temos ampliações e requalificações de escolas no valor de dois milhões e meio para o concelho mas temos também estas que já foram requalificadas em tempos mas que precisam de constantes melhorias e conservação; também a de Cajados sessenta mil euros, por exemplo aquela célebre discussão da requalificação do logradouro, acabar com as pedrinhas e fazer um pavimento confortável, corrigir patologias que felizmente a Junta da União de Freguesias fez lá umas excelentes obras e umas excelentes intervenções mas nós temos que fazer agora o resto; beneficiação, conservação, funcionamento e apetrechamento de jardins-de infância nós felizmente abrimos mais duas salas de pré-escolar e precisamos de mais material didático e depois precisamos sempre de material para os refeitórios, para a copa as saladeiras, as conchas, as pinças, isto são pequenos reforços.

Uma nova ação, que não é investimento, que é estudos e são sobretudo contratos de prestação de serviços e de assessoria que é a Agenda 21 Local que tem vindo a ser desenvolvida internamente. Com outras prioridades dos Município é difícil e os nossos técnicos têm, de facto, a informação, as diretrizes e as linhas de atuação mas isto tem que ter aqui uma prestação de serviços externa que ajude a concluir e nós queremos concluir porque temos trabalho interessantíssimo feito neste domínio e é importante ter o documento e gostávamos de em dois mil e dezassete dar um bom avanço. Também estamos a falar de uma verba de dez mil e cem euros, não é muito.

Depois Furos de Captação e Estações de Tratamento, temos aqui novos investimentos que estamos a programar, temos furos para equipar, vamos sobretudo apostar na tele gestão, no controlo à distância das nossas estações elevatórias e de tratamento. Plano de Segurança da Água, uma obrigação legal que surgiu agora, o Município é dos poucos do país que tem o sistema de gestão patrimonial das infraestruturas, feito pelo LNEC, e que foi concluído este ano e a fase que se segue para estarmos no grupo da frente destas questões do controle e segurança de água é o Plano de Segurança da Água. Nós estamos a procurar fazer isto com três/quatro Municípios da região que pertencem à Assembleia Intermunicipal da Água que tenho a honra, e o dever, de presidir no sentido de termos prestações de serviço mais baratas sendo feitas em conjunto, pelo que estamos aqui a prever este investimento em dois mil e dezassete, quinze mil euros.

O projeto VAGB, para quem sabe é dinheiro que se investe mas que vamos recuperar e tem que ver com a eficiência energética, arrancadores suaves, variadores de velocidade, baterias, e isto nas estações

elevatórias vai dar poupanças na fatura de eletricidade muito substanciais. Tivemos um projeto dessa natureza no mandato anterior e concluído no início deste mandato, vamos dar início à segunda fase. Estamos a falar em trinta e sete mil e quinhentos euros mas isto vai pagar-se ao fim de um ano e meio.

Depois Remoção e Tratamento de Resíduos Sólidos, como vos disse ainda há pouco nós temos aqui cento e dez mil euros, mais vinte e quatro mil euros para estes serviços transitórios enquanto não vem esta questão da providência cautelar resolvida para mais um concurso de varredura mecânica, só esse lote ainda está a aguardar o visto do tribunal de contas, mas também mais cinquenta mil euros para o reforço. Aquilo que temos neste momento a decorrer já devia ser um reforço, mas não está a ser porque está a fazer o trabalho regular e com algumas dificuldades. Esta é a prova de que estamos preocupados e que estamos a reforçar porque queremos dar um avanço significativo no tratamento destas questões. Também aqui mais contentores.

Nos Espaços Verdes e Paisagismo, para além de material de trabalho para os nossos jardineiros a verba mais significativa é um reforço para o projeto de execução da reabilitação do Largo do Jardim José Maria dos Santos cujo estudo prévio foi aprovado e agora o projeto foi dado fora.

Temos a inscrição de uma nova ação Torre de Menagem do Castelo, é necessário vinte mil euros para uma avaliação estrutural sobre a capacidade de carga da Torre de Menagem que só poderá ser feita pelo LNEC. A este propósito quero dizer que para além dos dois milhões e oitocentos mil euros que estão previstos investir nas encostas do Castelo, com financiamento comunitário do PO SEUR a oitenta e cinco por cento e felizmente conseguimos que a Direção-Geral dos Tesouro e Finanças pague os outros quinze por cento e ainda assim o Município tem estado a pagar muitas outras coisas, prospeções, cartografia, etc., etc., temos uma ação tipo obra coerciva de cem mil euros para reparação da torre três da muralha norte que já foi adjudicada e vai decorrer em breve e queremos concluir ainda este ano e pagar ainda este e temos necessidade de continuar a avaliar aquele que é o monumento *ex-libris* de Palmela, dos mais visitados com uma carga, e não é só na Feira Medieval, tem cada vez mais gente e nós para podermos até desenvolver outras valências, e estamos quase a terminar as impermeabilizações do terraço da Casa Capelo, do bar, vamos para os terraços da Praça de Armas, das galerias comerciais, enfim, quem quer ter um Castelo que depois também traz visitantes, etc., tem permanentemente que investir. Esta questão da Torre de Menagem, temos para ali um projeto de musealização muito interessante mas sem avaliar a sua capacidade estrutural não podemos correr riscos.

"PRARRÁBIDA" já estava previsto no Plano e estava até com verbas a definir, como aliás grande parte do nosso Orçamento, porque sem termos o financiamento comunitário na mão há aviso e há concursos que ainda vamos a jogo não podemos definir já o dinheiro porque nem o temos. O "PRARRÁBIDA" fica já com alguma definição em 2016 e em 2017 para permitir o lançamento do concurso para a obra, esta primeira componente é Espaços de Lazer e Bem Estar na Arrábida e tem que ver com as zonas de visitação e de entrada na serra com equipamentos de apoio aos visitantes, com sinalética, com zonas de estadia e contemplação e é um projeto intermunicipal com os municípios de Sesimbra e Setúbal e, também, com o próprio ICNF que é parceiro na candidatura.

Depois temos aqui o reforço da dotação da ação Apoio e coorganização de feiras, mostras e outros eventos. O que é isto? É uma ação nova que não foi discriminada no início do mandato com um nome próprio, está dentro deste bolo, e tem que ver com um evento que vamos ter no período de Natal também para dinamizar o Centro Histórico e tem que ver também com alguns apontamentos de iluminação natalícia para distribuir pelas várias freguesias e tem aqui um reforço de quinze mil euros para o efeito.

Finalmente, e não menos importante, é que vamos reforçar a ação Amortizações da Dívida – Empréstimos de médio e longo prazo, mais seiscentos e noventa e seis mil euros para amortizarmos antecipadamente o empréstimo de médio e longo prazo, contraído há vários anos, e isto decorre de duas situações: das tais obras que acabaram por ser financiadas pelo *Overbooking* e vamos devolver o dinheiro do empréstimo mas, também, temos tido poupanças e esforço e quanto mais depressa pagarmos capital de dívida menos juros pagamos.

Os valores pós Revisão mesmo assim temos aqui quarenta e oito milhões de Orçamento que é muito, porque o Orçamento normal do Município ronda os quarenta milhões e isto só acontece porque estamos numa fase de candidaturas de fundos comunitários e significa que para o ano vamos ter que contrair empréstimos para poder fazer obra. Com vinte e dois milhões de candidaturas a fundos, Srs. Membros da

Assembleia, se aqui estamos na zona rica e só temos direito a cinquenta por cento, com exceção do PO SEUR que vai a oitenta e cinco, o resto do dinheiro não se consegue com fundos próprios e possivelmente teremos que recorrer a empréstimo mas só pode recorrer a empréstimo quem tem saúde financeira, quem tem garantias para poder pagar. Aliás há limitações a isso e, felizmente, o nosso Município está nesse grupo que pode recorrer a empréstimo para investimento.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, há alguma questão sobre esta proposta? Penso que está apresentada de forma exaustiva pelo Sr. Presidente, portanto, vamos votar."

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor da CDU, três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e nove abstenções (sete do PS e duas do BE). Aprovado em minuta.**

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Para uma declaração de voto, tem a palavra o PSD/CDS, Sr. Membro Carlos Vitorino".

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Votámos contra, visto ser esta a posição que tomámos relativamente ao Orçamento visto ser a opção da maioria que governa a autarquia, sendo certo que este voto contra não é contra as obras que nele estão inscritas, é contra o documento e contra a gestão sem si convém ressalvar.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Para uma declaração de voto, tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro Raul Cristóvão".

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Seguindo aliás a orientação de voto dos nossos Vereadores em reunião de Câmara, dizer que claramente que é a maioria que deve fazer a gestão como seria normal, é a maioria que faz as suas opções, as nossas opções, como já dissemos quando foi a aprovação do Orçamento, e temos dito ao longo deste ano, teria sido diferentes. Acho que continuamos aqui a ter algum défice nas funções sociais da autarquia e a nossa abstenção porque encontramos também alguns aspetos muito positivos, como também já foi dito aqui pelo meu camarada José Carlos Sousa, e que vão favorecer aquilo que também já dizíamos antes é que vamos ter um ano, o próximo ano, com muitas obras.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos para o ponto três.

Pergunto ao Sr. Presidente se quer introduzir a proposta, por favor."

**PONTO TRÊS – Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes intermédios – designação de elementos a integrar os respetivos júris**

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza Sra. Presidente, vou então resumir.

Trata-se de procedimentos concursais para o provimento de cargos dirigentes intermédios – designação de elementos a integrar os respetivos júris, quero só recordar que já em dois mil e quinze a Assembleia, sob proposta da Câmara, aprovou elementos para integrar os júris de procedimentos concursais para provimento dos cargos de direção intermédia. Quero aqui referir que está em publicação, ou estará publicado já, mas entretanto, como é sabido, como foi possível proceder a alterações na estrutura orgânica, fortemente limitadas essas alterações, nós conseguimos também com a aprovação dos órgãos do município criar aqui mais dois cargos de direção intermédia de terceiro grau e foram criadas divisões, e organismos, que passaram a ter outras designações. Ora isto implica que tenham que ser renomeados de novo as propostas dos júris para que possamos dar seguimento à abertura dos procedimentos para provimento desses cargos dirigentes.

O que aqui trazemos é nos casos em que houve alteração da designação das divisões ou dos gabinetes, os outros em que não houve alterações estão publicados, a proposta que sejam designados os membros dos júri que constam na proposta, pelo que propõe-se à Assembleia que aprove a designação dos elementos para integrar os júris.

Como é sabido não é fácil e sobretudo nós recorremos a dirigentes da casa que têm experiência, que têm currículo para isso, que têm formação para isso mas recorremos também a dirigentes de outros municípios e infelizmente outros organismos públicos dizem que não têm tempo para estas coisas e andam todos os organismos a pedir assim os júris uns aos outros para poder fazer os concursos. Gostaríamos é que isto pudesse ser publicado rapidamente e que os concursos decorressem bem rapidamente para chegarmos ao final do mandato com os concursos terminados.

Disse"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, por favor, há questões sobre esta proposta?

Então não havendo questões vamos votar o ponto número três."

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte votos a favor (dezoito da CDU e dois do BE) e 10 abstenções (sete do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.**

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Para uma declaração de voto, tem a palavra o Partido Socialista".

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"A bancada do Partido Socialista decide abster-se relativamente a esta proposta por entender que os elementos do júri ora designados remetem para atos de gestão que incumbem à maioria, sendo que os nomes apresentados pertencentes à Câmara Municipais de Palmela, Moita, Seixal, Almada e Barreiro serão aqueles que para a gestão municipal são os mais indicados. Teríamos contudo opções diferentes quanto a este ponto achando desnecessário o recurso a nomes de outras autarquias, dado que existem quadros com suficiente mérito e que são merecedores da confiança da designação deste júri aqui em Palmela."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos passar ao ponto quatro.

Sr. Presidente quer introduzir o ponto?"

## PONTO QUATRO – Regulamento de horários de funcionamento dos estabelecimentos do Município de Palmela

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente.

Trata-se do projeto de Regulamento de horários de funcionamento dos estabelecimentos do Município de Palmela, e isto aqui importa perder um pouco mais de tempo mas acho que ganhamos depois para a discussão.

Há um Decreto-lei em dois mil e quinze, um novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração que, grosso modo, procede à liberalização dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e altera o Decreto-lei nº 48/96 e passando a considerar-se que os estabelecimentos de venda ao público, de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, entre outros, têm horário de funcionamento livre.

Mas a par da liberalização o/a legislador/a, e bem, descentralizou para as câmaras municipais a possibilidade destas mediante os seus regulamentos, e nós tínhamos um que até tinha poucos anos mas que tem que ser adaptado por via das alterações legislativas, poderem restringir os períodos de funcionamento, a vigorar em todas as épocas do ano ou apenas em épocas determinadas, em casos devidamente justificados e que se prendam com razões de segurança ou de proteção da qualidade de vida dos/das cidadãos/ãs, sem prejuízo da legislação laboral e do ruído. Isto depois articula-se com outra legislação, nomeadamente a do ruído e isto provoca, de facto, aí muitas dificuldades de consenso.

Da experiência que temos esta questão da liberalização dos horários implicará, em determinados setores e determinadas zonas do concelho, um agudizar de situações de incomodidade para as pessoas que vivem na proximidade de tais estabelecimentos, designadamente estabelecimentos de bebidas, pois são espaços suscetíveis de gerar problemas de perturbação do direito do descanso dos/as moradores/as, razão pela qual, em nosso entender, se impõe e se propõe a adoção de um novo regulamento de horários e o objetivo é acautelar o princípio basilar do direito ao repouso das populações circundantes, contribuindo para a qualidade de vida dos seus residentes sem pôr em causa, naturalmente, também a livre atividade económica dentro de determinadas regras.

Para além de acautelar o direito ao repouso pretende-se com a presente proposta obstar à ocorrência de episódios de perturbação da segurança pública nas imediações destes estabelecimentos, sobretudo nos casos de fecho a horas mais tardias, facto público e notório não só no Município de Palmela, mas um pouco por todo o país.

Depois aproveitamos a mexida no regulamento, também, para acautelar o direito de se assinalar feriados nacionais, e uns mais especificados do que outros, porque tem havido entendimentos diferentes até de alguns tribunais relativamente à abertura de algumas unidades comerciais nalgumas datas e o Município fazendo jus da legislação, mas também da sua competência e da sua visão sobre este assunto, considera que o vinte e cinco de dezembro e primeiro de maio são feriados que a nossa sociedade, em particular aqui no concelho, assumem particular relevo por motivos diversos que estão aqui explanados e, portanto, isto não significa que não possam abrir outro tipo de estabelecimentos de dimensão mais reduzida e também de restauração e bebidas. Em todo o caso consideramos que estes valores devem ser garantidos, também, no regulamento e fundamentamos, claro, a fundamentação está aqui que é para depois nenhum juiz não dizer que não está fundamentado o Natal nem o primeiro de Maio, como já disseram no passado face a uma contraordenação que aplicámos a uma grande superfície comercial e que, infelizmente, não tivemos êxito

porque o juiz entendeu que não estava fundamentado porque é que tinha que ser feriado, mas pronto há de tudo.

Em suma, foi um processo participado não só naquilo que diz respeito às normas do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e legislação, houve consulta pública, houve audiência de interessados, durante a consulta e tem piada porque estava a consulta a decorrer quando houve aí uns casos que até foram sobejamente discutidos em reunião de Câmara e na comunicação social, que permitiu a participação de pessoas que fizeram abaixo-assinados, fizeram leituras diversas. Naturalmente quem consultou a fundamentação, as informações técnicas, percebeu que há aqui posições muito contraditórias completamente opostas e nós considerámos que era de manter, grosso modo, a proposta que inicialmente levámos à Câmara e que trazemos aqui à Assembleia Municipal para discussão e aprovação.

Não vou aqui referir a quantidade de entidades que foram consultadas desde a Defesa do Consumidor, Associações de Comércio e Serviços, ARESP, Sindicatos e previamente as Juntas de Freguesia e a GNR porque, de facto, quando há problemas a GNR que depois também se queixa de não ter um enquadramento regulamentar e legal que permita clarificar e eu dou-vos um exemplo, há espaços que enquanto este regulamento não vigorar estão em regime livre e dizem que fecham às quatro da manhã e ninguém pode impedi-los de. É porque essa coisa de pedir um horário ao Presidente da Câmara, que tinha lá uma assinatura, isso acabou. Aquilo era tipo comunicação prévia, chegam lá afixam e é o que está afixado e enquanto isto não existir a anterior legislação, de facto, baralhou isto tudo e a GNR, as Juntas e a Câmara, recebemos reclamações e confusões que, enfim, só quem trata diretamente, a nossa fiscalização municipal e os nossos serviços, com estes assuntos é muito difícil conciliar.

Mas a proposta achamos que é uma proposta ponderada, que define aqui horários de acordo, enfim, e sobretudo estamos a pensar nos centros urbanos onde é de mais difícil gestão este conflito de interesses, mas depois temos aqui exceções para distâncias quando estes estabelecimentos estão a cem ou quinhentos metros têm um horário diferente.

A questão das esplanadas, é porque a questão das esplanadas até depois do Município ter, de acordo com o seu compromisso de mandato, incentivado o uso de esplanadas através da redução de taxas, porque achamos que é importante a ocupação do espaço público, fruir, etc., e temos excelentes exemplos que não geram conflitos e alguns até altas horas da manhã, mas, de facto, há depois outras situações que não estando aqui regulamentadas como aqui estão, fechando ligeiramente mais cedo do que o horário do estabelecimento, desmontar a esplanada, levar os clientes, etc., a gente não pode dizer que aquilo fecha à meia-noite mas é duas da manhã e ainda há lá uma grande confusão.

Mas também se quiserem ter um horário mais prolongado como diz aqui no articulado em determinada altura, e estou a falar assim genericamente sem remeter para o articulado mas existe aqui esta referência, se o condomínio do prédio, onde está instalada a unidade comercial e prestadora de serviços de restauração e bebidas, disser que aquilo não incomoda e tiverem dois terços a dizer que podem funcionar até um pouco mais tarde que não se opõem claro que isso é possível. Depois há alturas quando há festas, arraiais, determinados eventos, aí os horários destes estabelecimentos é possível acompanharem o horário que foi objeto de licenciamento para esse efeito. Se há umas festas populares em tal sítio que durante xis dias podem funcionar até às três da manhã não faz sentido obrigar a pessoa da esplanada a encerrar às onze e meia da noite, pelo que fizemos aqui um esforço de conciliação que não é fácil mas acho que temos aqui um excelente instrumento que, naturalmente, as regras são as regras vai agradar mais a uns e menos a outros mas sem este instrumento então é que não conseguíamos pôr ordem nem solicitar a atuação das autoridades para que possa haver aqui o cumprimento destas regras e a defesa, também, do bem-estar dos cidadãos relativamente aí a alguns usos e abusos no regulamento e no funcionamento.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Tem a palavra o Partido Socialista, Sra. Membro Ilda Fino."

A **Sra. Ilda Fino do PS:**

"Muito boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

A bancada do Partido Socialista irá votar contra, relativamente a este Regulamento, porque entendemos que é demasiado restritivo e como o Sr. Presidente também reforçou a legislação vai no sentido da liberalização e, de facto, referiu uma questão pertinente que é a questão das esplanadas. De referir que para todas as esplanadas abertas a regra é que, desde que estejam próximas de habitações, têm que encerrar às vinte e três horas. As regras do jogo alteram-se, há aqui um volte face e tenho uma dúvida, relativamente ao número dois do artigo sexto, aquela questão que levantou, pelo facto de haver a possibilidade de alteração pelo condomínio, do horário das esplanadas e demais instalações, pela maioria de dois terços ou o facto de declararem a sua não oposição ao respetivo funcionamento, neste caso, já não existe a necessidade de maioria e basta uma declaração, segundo a leitura do Regulamento. O teor do artigo refere que : "as esplanadas abertas e as demais instalações ao ar livre podem funcionar até ao limite do horário do estabelecimento a que pertencem." Depois não vi refletido no texto do Regulamento onde é que está estipulado esse limite, ou seja, não temos no Regulamento a divisão por categoria de estabelecimento, isso é omisso, pelo que gostava que me clarificasse essa questão, porque pode suscitar aqui dúvidas.

Por outro lado, de salientar que há questões que nós não concordamos, não compreendemos como é que há uma menção no Regulamento em que pode ser imposto mediante despacho do Presidente da Câmara, uma redução temporária diária, assim sem mais, parece um tanto ou quanto excessivo.

No que respeita à permanência no interior dos estabelecimentos houve uma alteração profunda, na anterior redação após o fecho as pessoas teriam quarenta e cinco minutos para desocupar, e abandonar o estabelecimento, e neste regulamento, passa de quarenta e cinco minutos, para quinze minutos. A questão é que quinze minutos, dá tempo para atender as pessoas que estão lá e, eventualmente, alguém que fique numa fila? Temos muitas dúvidas, isto é só em relação aos funcionários que podem estar no interior do estabelecimento é possível, mas relativamente aos clientes, é difícil, estamos a falar duma esplanada que fecha às vinte e três horas, quinze minutos, às vinte e três e quinze, as pessoas têm todas que imediatamente sair dali imediatamente, sob pena de, até o próprio estabelecimento encerrar, isso está previsto, se não cumprirem o horário de funcionamento, podem as autoridades, e neste caso até a Câmara, inclusive proceder ao encerramento, se não encerrarem dentro do horário previsto.

Há aqui outras questões, que se colocam relativamente às legítimas expetativas, de situações de comerciantes que viram o seu horário de funcionamento estipulado e que neste momento têm uma redução substancial. Entendemos que deveria haver aqui algum equilíbrio, não estamos a pôr em causa a paz social, as boas regras de vizinhança, são situações que não se regulam, estabelecem-se entre as partes e tem que haver um bom senso, na regulamentação destas matérias. Na regulamentação destas questões, ao restringir, por vezes podemos correr o risco, mais tarde, de o próprio Município vir a ter problemas. Isso é, quer em sede de fiscalização, em termos de atuação, estou convicta que, vai ser muito difícil atuar, em termos de equipas de rua, fiscalizar todos os estabelecimentos que se encontram no Concelho, de forma tão restritiva. Por outro lado, deixaram de existir normas, apesar da legislação ir no sentido da liberalização, como por exemplo, o anterior Regulamento previa que tinha que se atender a situações tais como, alargamento de horário de turismo, questões culturais, sem pôr em causa a tranquilidade e a paz pública, isso claro que tem que estar a ser devidamente salvaguardado, mas passámos do oito para o oitenta e eu acho que isso é muito importante e deveria ter sido tido em conta e deixamos essa preocupação e essa nota.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma questão?

Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem nós não iremos votar favoravelmente este Regulamento, esta proposta, e pensamos que a melhor sugestão era burilar aqui alguns dos aspetos já frisados pela minha colega mas da Bancada do PS.

Agora eu também tenho uma posição muito restritiva quanto ao barulho, isso tenho, porque, efetivamente, recordo-me há muitos anos de um caso nos Portais que a Câmara não conseguia notificar um senhor de um restaurante que tinha feito daquilo uma discoteca e as pessoas que ali moravam reclamavam.

Mas na questão concreta daquela aprovação pelos condóminos do prédio ainda levanto uma segunda questão então e os do prédio ao lado que ouvem praticamente o mesmo barulho? Não têm direito a pronunciar-se se for numa zona de prédios contíguos e continuados? Considero que há aqui algumas lacunas e que podem suscitar grandes dúvidas na sua interpretação e não justeza na distribuição, neste caso, mesmo em relação aos comerciantes mas também aos moradores. Essa questão do prédio aprovar, lá os condóminos, por não sei quantos terços já estamos aqui a criar uma exceção mas é uma exceção, quanto a mim, um bocado fictícia porque no prédio ao lado pode não ser assim.

Nós sabemos que em Portugal a maior parte dos prédios não estão preparados para barulho, eu quero-vos dizer que este ano quando fizeram festas no sobral da Quinta do Anjo eu não conseguia dormir em casa e era bem longe. Aqui a questão do barulho para mim é essencial, a da abertura dos estabelecimentos e agora os quinze minutos para sair também acho um bocado ridículo, para ser sincera.

Eu acho que aqui o Regulamento devia-se ter debruçado, sobretudo, na questão do barulho e da ordem pública fora dos estabelecimentos e também nos copos e garrafas, isso sim é que era uma verdadeira alteração ao Regulamento. Neste caso não considero que isso esteja corretamente feito, esta é a nossa opinião."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção?

Então devolvo a palavra ao Sr. Presidente, por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

De facto, se calhar, houve aqui uma leitura menos atenta de algumas questões do Regulamento a perceber pelo tipo de questões que foram colocadas e também desconhecimento da legislação.

Esta questão do despacho do Presidente da Câmara para suspender o funcionamento tem que ver, naturalmente, com infrações à Lei do Ruído, com situações grave e decorre da lei. Portanto Sra. Membro da Assembleia, decorre da lei e vem para o Regulamento. Comecei por aí, estou a responder, mas a senhora até é da área e devia ver isto com mais atenção.

Relativamente ao horário eu quero aqui voltar a chamar a atenção que o estabelecimento funciona entre as seis e as vinte e quatro de domingo a quinta, já é um funcionamento generoso e entre as seis e a uma da manhã sexta, sábado e vésperas de feriado, também acho que é um horário razoável. Vamos lá a ver, eu também sou frequentador desses espaços e no verão apetecia-me ficar mais tempo mas não pode ser porque quem lá vive tem direito ao descanso. Depois há aqui diferenças entre as oito e as duas e entre a oito e as quatro da manhã, conforme as distâncias das zonas habitacionais de cem e quinhentos metros, por isso isto está tudo salvaguardado.

A possibilidade do condomínio do prédio poder pronunciar-se, não significa que havendo queixas do prédio ao lado essa sua anuência prevaleça e o Município pode na mesma, se houver reclamações do prédio ao lado, obstar ao prolongamento de.

Finalmente a questão dos quinze minutos, dos quarenta e cinco minutos, dos trinta, de uma hora, etc., etc., Sra. Membro da Assembleia quando tínhamos quarenta e cinco minutos, é que isto é preciso ter a experiência, atender as pessoas que o Sr. Vereador Adilo atende e algumas que eu tive que atender, já foram atendidas por ele e por mim e às vezes a maior parte tem que ser ele a fazê-las é por isso que eu lhe dei a delegação de competências.

É que com quarenta e cinco minutos há gente que fica duas horas para fechar o estabelecimento, mais até há uns que ficam a fazer barulho, mesmo depois de ter os clientes na rua, a lavar máquinas, a lavar cadeiras, a fazer barulho. É ao Município que as pessoas recorrem, é que o legislador que está lá em cima faz estas coisas e tal e agora os municípios que se desenrasquem, é que, de facto, nós todos os dias convivemos com problemas desta natureza.

Os quinze minutos para fechar o estabelecimento é tolerável, nós não estamos a falar de um restaurante que possa estar a servir um snack ou um jantar à meia-noite, aliás muitos deles dizem que a cozinha fecha às dez, nós sabemos do que é que estamos a falar. Estamos a falar de espaços de bebidas, onde o pessoal teima em não ir para casa e está ali a divertir-se sem pensar também nos seus concidadãos.

Esta solução é equilibrada e permite ampliar para quem, efetivamente, controla bem o seu estabelecimento, se dá bem com os seus clientes e com os seus vizinhos e permite à administração poder exercer autoridade quando as coisas funcionam mal. É evidente que estas questões não se colocam em vários estabelecimentos que estão aí nas nossas zonas rurais, ao lado de estradas nacionais, ao lado de estradas municipais, não são estes que têm estes problemas. Agora nós que temos, felizmente, não temos bairros só de habitação, temos habitação e temos comércio de proximidade. Em Portugal há mais pastelarias e cafés por rua do que em qualquer outro país da europa e, felizmente, parece que todas funcionam bem isto do café dá para ir mexendo muita coisa.

De facto, felizmente, na esmagadora maioria não há problemas mas há alguns problemas que só podem ser resolvidos com um Regulamento desta natureza, havendo sempre possibilidade de criar aqui situações que com a anuência dos principais afetados, que são aqueles que estão no próprio prédio ou até na envolvente, garantir a aplicação da Lei do Ruído e outras.

Esta questão do bem-estar das pessoas é evidente que não é fácil de equilibrar mas, quanto a mim, ainda assim deve estar em primeiro lugar. Não se pode é querer fazer um Regulamento que esteja de bem com todas as exceções e com Deus e o com o diabo, isso não se consegue e nós até procurámos ver regulamentos doutros municípios e mesmo alguns que já estão em funcionamento não estão a servir para regular os conflitos que lá existem.

Nós mantemos esta nossa proposta que consideramos que é justa, que é equilibrada, e depois com o tempo avaliaremos a situação para ver se, se justifica algumas alterações mas creia que esta questão da permanência e do arrumar da esplanada, é onde temos mais problemas, porque as pessoas utilizam este subterfúgio para continuar *ad eternum* a incumprir. As pessoas têm que saber que há um horário e ainda há outro problema que não acaba com o fecho do estabelecimento, as pessoas ficam à porta a conversar, a fazer barulho, a ligar a mota, a ligar o carro, isto de facto não é fácil e acho que temos aqui um bom Regulamento."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, penso que o tema está claro, as posições também. Vamos votar?"

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte votos a favor (dezoito da CDU e dois do BE) e dez votos contra (sete do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.**

A **Sra. Ilda Fino do PS:**

"Declaração de voto:

Os membros da Assembleia municipal do PS, votam contra o regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos do Município de Palmela, por entenderem que o presente regulamento é demasiado restritivo, não atendendo às especificidades, sazonalidade, nem às características sócio culturais da área em que os estabelecimentos estão inseridos.

Sendo certo que todos têm direito à qualidade de vida, sossego e descanso, sem pôr em causa esses direitos, deveria este regulamento ter tido uma maior sensibilidade na estipulação dos horários de encerramento, não ser tão imperativo, dando uma maior flexibilidade, de modo a respeitar o mercado a economia local, mormente no que concerne às regras de livre concorrência entre os agentes económicos, (isso mesmo é defendido pela DECO).

Considerando que não foram atendidas as legitimas expetativas dos comerciantes e iniciativa privada, que investem no concelho de palmela, os quais têm legitimas expetativas, na medida em que já adquiriram as licenças de funcionamento cujo horário, é agora, em grande parte, reduzido.

A Câmara Municipal de Palmela, procede à "mudança das regras a meio do jogo", o que é inaceitável, sem que fosse objeto de uma consulta pública promovida de forma alargada. Tal não aconteceu, deveria ter sido amplamente divulgada através dos meios de comunicação disponíveis, internet, *site* do município.

A evolução legislativa vai no sentido da liberalização dos horários de funcionamento, o D.L. 10/2015 de dezasseis de janeiro, contempla que os operadores económicos podem através da auto regulação, promover uma adequação responsável, sustentável, eficaz, competitiva das empresas, que respondam de modo concreto às dinâmicas de mercado.

Ora, as medidas adotadas, são precisamente contrárias, por isso, este regulamento, constitui um retrocesso que a Câmara Municipal de Palmela está a impor, na dinamização dos polos urbanos (que tão pouca vida apresentam no nosso concelho), é desadequado e desproporcional, altamente restritivo e que não serve o superior interesse dos munícipes."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, vamos passar ao ponto cinco.

Pergunto ao Sr. Presidente se quer enquadrar."

## PONTO CINCO – Acordo de Cooperação entre o Município de Palmela e a Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente.

Sucintamente, trata-se da aprovação de um Acordo de Cooperação entre o Município e a referida associação, cujos corpos sociais saúdo pois estão aqui presentes.

Na prática através do projeto (A)Gente do Bairro foi possível, com o apoio do Município, mas sobretudo com o trabalho dos moradores finalizar e construir espaços verdes envolventes à sede da Associação. Entretanto os próprios moradores assumiram o compromisso de ficar com a conservação e manutenção desses espaços e temos aqui as obrigações das partes sendo que ao Município compete o acompanhamento técnico, compete também a fiscalização dos espaços, a listagem de existências no local, etc., etc.

O clausulado tem as obrigações das partes, congratulamo-nos com esta disponibilidade da Associação para assumir esta responsabilidade e há outras propostas que, entretanto, não têm que vir à Assembleia nomeadamente de apoio financeiro para terem equipamentos necessários para essa conservação.

Pensamos que pode vir a ser um bom exemplo de parceria que faz lembrar outros tempos, em que se abriam caminhos, onde se faziam obras hidráulicas e onde se faziam centros de saúde e outras coisas, entre associações, comissões, autarquias e movimentos sociais.

Nós procuraremos não defraudar as expetativas, dando os apoios necessários para, e estamos certos, que a Associação, como aliás tem vindo a dar excelente exemplo, vai conseguir também corresponder naquilo que são as suas obrigações, tendo os espaços verdes bem conservados e em melhores condições do que nós, se calhar, faríamos, dada a dificuldade de irmos a todos os espaços e em particular em zonas já na periferia do perímetro urbano.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP** ausentou-se da sala pelas 00:22 horas.

O **Sr. Pedro Sérgio do PPD/PSD.CDS-PP** ausentou-se da sala pelas 00:22 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Tem a palavra o PSD/CDS."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Só referir duas pequenas notas.

Primeiro que gostei muito quando o Sr. Presidente disse sucintamente e referir que votaremos a favor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Se não houver outras questões vamos votar."

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.**

O **Sr. Pedro Sérgio do PPD/PSD.CDS-PP** retomou participação nos trabalhos pelas 00:24 horas.

**A Sra. Presidente da Mesa:**

"Quer apresentar uma Declaração de Voto para um voto favorável? É preciso?

Tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro Bruno Grazina"

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"O Partido Socialista votou esta proposta a favor por considerar extremamente importante conferir este voto de confiança à Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira.

Têm sido notórias as melhorias dos espaços públicos através da intervenção desta Associação e dos mecenas que também estiveram envolvidos nessas obras.

É fundamental que a Associação tenha mais, e melhores, condições para fazer o trabalho a que se propôs e por último queria só dizer que ficamos satisfeitos e deixamos votos de continuação de um bom trabalho e por último deixando também um cumprimento à direção da Associação na pessoa do seu Presidente Sr. Manuel Ribeiro."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Membro da Assembleia, somos todos tolerantes mas, de facto, isso não é uma declaração de voto, está bem?

Vamos passar ao ponto seis, por favor. Sr. Presidente quer introduzir alguma questão?"

## PONTO SEIS – Desafetação do domínio público municipal para constituição de direito de superfície a favor da Autoridade Nacional de Proteção Civil

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Também só telegraficamente, trata-se da desafetação do domínio público municipal para constituição de direito de superfície a favor da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Grosso modo o que o Município pretende com esta proposta é, tendo sabido da intenção da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) de construir um novo Centro Distrital de Operações de Socorro de Setúbal procurámos que o CDOS não saísse do concelho de Palmela.

Logo desde o início temos tido longas conversações e acabámos por encontrar um terreno com excelente localização que está cedido ao Município para domínio público e que se propõe a sua desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno com três mil oitocentos e setenta e três metros quadrados em Aires, ao fundo da rua dos Fundadores do Airense, ao lado de um equipamento de ensino.

Era destinado a equipamentos de utilização coletiva, pelo que cumpre bem a função e depois de aprovarmos a desafetação do domínio público, naturalmente que afetamos ao domínio privado da Câmara e que possamos constituir o direito de superfície a título gratuito a favor da Autoridade Nacional de Proteção Civil, pelo prazo de quarenta anos sujeita às condições que aqui constam.

Dito isto, talvez acrescentar que sabemos do esforço da ANPC para concorrer a fundos para a construção do equipamento que nós já vimos a tipologia, e etc., mas se, de facto, isto não for construído teremos sempre o direito de reversão do terreno, mas o que nós queremos é que a obra aconteça o mais breve possível.

Já agora o valor do direito de superfície é estimado em cem mil euros.

Disse."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP** retomou participação nos trabalhos pelas 00:27 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta há alguma dúvida?

Vamos votar?"

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.**

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta número sete, Sr. Presidente."

## PONTO SETE – Desafetação do domínio público e cedência em regime de comodato para o Núcleo da Liga dos Combatentes do Pinhal Novo

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Depois uma proposta quase da mesma natureza, também desafetação do domínio público municipal e cedência em regime de comodato para o Núcleo da Liga dos Combatentes.

Trata-se de um edifício que não estava em bom estado de conservação na zona do Monte do Francisquinho. O Núcleo, sendo reconhecidas as suas atividades e até a componente de resposta social que tem no nosso concelho, solicitou-nos o espaço e entre o edifício, rés-do-chão, primeiro andar, a superfície coberta e a área de logradouro temos aqui quatrocentos e nove metros quadrados naquele espaço.

Propõe-se então que seja desafetado do domínio público para vir ao domínio privado da Câmara, para depois podermos fazer o contrato de comodato entre o Município e o Núcleo da Liga, sendo que o Núcleo da Liga é também com a Liga a nível nacional, pelo período de trinta anos nas demais condições que estão aqui no contrato expressas.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada.

Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta tem a palavra o Partido Socialista."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro gostava de celebrar a iniciativa e o facto que há muito desejo de o Monte do Francisquinho ter finalmente uma utilização. Depois gostava de referenciar o facto, que espero que se concretize, da Liga, como no diz no último parágrafo da primeira página, trabalhar essencialmente numa atividade que se relacione com o apoio social, a saúde física e mental de antigos combatentes e não transformar o espaço num espaço igual a alguns outros.

Depois gostava de referenciar aqui um aspeto que não me parece coerente na proposta. É evidente que a proposta já foi lida por muita gente, etc., etc., temos sempre aqui leituras um bocadinho díspares mas parece-me que quando diz: *"Executar – e suportar os encargos decorrentes – as obras de conservação ….devem ser identificadas entre as partes no prazo de trinta dias, e realizadas no prazo de um ano a contar da celebração do contrato."* Ora cá em baixo diz que: *"O contrato de comodato será objeto de imediata reversão se: - decorrido um ano desde a data de início do contrato, as obras não tiverem sido iniciadas;"*

Das duas uma, ou iniciamos as obras no início e temos um ano para as fazer ou temos até um ano para as iniciar, são coisas diferentes parece-me completamente diferentes, pelo que gostava da vossa parte de uma

leitura porque dá-me ideia que não é "realizadas" e que será "iniciadas", mas deixo ao vosso critério aliás já foi aprovado em reunião de Câmara e parece-me isso regular.

Há aqui uma nota, no entanto, que eu me parece que, embora, eventualmente, o protocolo esteja perfeitamente assumido pela entidade, a obrigatoriedade de que a Associação continue a fazer parte das parcerias locais. Ou seja, se a Associação por sua iniciativa entender que não deve fazer parte dalguma das parcerias locais, em que eventualmente até pode estar envolvida neste momento como está em algumas, o contrato cai. Não me parece coerente que façamos depender a participação, e não dizem quais diz nas redes de parcerias locais, da continuidade de um contrato que aqui está estabelecido para trinta anos. Dá-me ideia que há aqui alguma incongruência nisto, isto na proposta.

Depois há um outro aspeto no próprio contrato que me deixou alguma reserva, ou seja cláusula quarta: *"o contrato é celebrado por um período de trinta anos com início na data da sua celebração"* e depois diz: *"o presente contrato renova-se automaticamente no final do seu termo …",* ora no final do seu termo é ao fim de trinta anos, *"…por períodos iguais a menos que uma das partes o denuncie com uma antecedência mínima de um ano em relação à data …",* mas o terceiro diz: *"Findo o prazo inicial e operada a renovação,…",* o tal prazo inicial de um ano para se iniciar as obras e o do segundo ano para ter a obra concluída, *"…o contrato cessa a todo o tempo, desde que qualquer das partes o denuncie, em qualquer momento, com uma antecedência de noventa dias."* Isto não está aqui bem, parece-me mas, eventualmente, serei eu que estou a ver mal.

Era só Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão antes de passar a palavra ao Sr. Presidente para tentar responder?

Por favor, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Em primeiro lugar queria esclarecer o Sr. Membro José Carlos Sousa que, independentemente, até de eventual justeza das suas observações não estamos a discutir o contrato de comodato. O contrato de comodato faz parte da proposta mas não estamos a discutir, nem a aprovar, o contrato de comodato porque não é competência da Assembleia é competência da Câmara e foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara. Leia a proposta Sr. Membro da Assembleia.

O que nós estamos aqui a trazer à Assembleia, se me permite, é a desafetação do domínio público e integração no domínio privado para nós podermos depois poder celebrar o contrato senão não teríamos objeto para o celebrar.

Em todo o caso gostaria de comentar as observações que fez, sem antes deixar de sublinhar que o contrato foi negociado entre as partes e em que ambas as partes se reveem. Pode ser uma questão até de transcrição da proposta mas eu estou neste caso aqui a olhar para o articulado na cláusula oitava, e é só para clarificar se me permite Sr. Membro da Assembleia é porque este assunto foi chamado à colação e uma coisa é iniciarem-se as obras e outra coisa é o Núcleo estar instalado e foi o próprio Núcleo que referiu isto, porque o Núcleo tem urgência em estar instalado.

Devo até dizer ao Sr. Membro da Assembleia, e aos restantes, que se for ao local são visíveis movimentações e que tiveram autorização da minha parte, têm lá uma declaração para o efeito, porque se trata de obras de reabilitação isentas de controlo prévio, de proceder a intervenções de limpeza no local, portanto o Núcleo já está a trabalhar no local. O Núcleo quer lá estar instalado no prazo de um ano, nós é que damos dois e até podíamos ter dado mais, mas foi o Núcleo que colocou estas questões porque tem necessidade de sair das instalações onde está.

Neste momento fica esta clarificação sem prejuízo da redação poder ser, naturalmente, equívoca.

Voltando à proposta, esta questão das obrigações do Núcleo pertencer às redes de parcerias locais é porque o Núcleo se diz que não está apenas a trabalhar para a promoção dos valores da Pátria, da honra e de servir a Pátria, etc., e se tem esta componente social, que nós lhe reconhecemos, tem naturalmente de fazer parte do Conselho Local de Ação Social porque é aí que é aferida e validada, faz parte já e não obrigado a aderir, mas nós queremos que se mantenha lá porque é aí que consegue, inclusivamente, potenciar os serviços que presta à população.

É que sabe que alguns dos serviços de consultas desde psiquiatria, a ortopedia e outros, foram solicitados ao Núcleo não apenas para os seus associados mas até já foram solicitados aos núcleos nas comissões sociais de freguesia por outras instituições e pelas comissões sociais de freguesia. Dizer-lhe que sem prejuízo de interpretações que admito que possam, eventualmente, segundo as suas palavras poderem ser contraditórias nós consideramos que a partir do momento em que as partes se reveem e foram elas próprias, e neste caso concreto o próprio Núcleo, a definir pela pressa que tem que devem ser estas as condições quem somos nós para dizer o contrário. É porque nós também não queremos ceder instalações como já fizemos a outras instituições, e terrenos, que depois ficam *ad eternum* sem conseguir fazer as obras.

Por último Sra. Presidente, não a propósito da proposta, mas dizer que a requalificação do Monte do Francisquinho é um projeto muito mais vasto, está candidatado a fundos, tem outros parceiros, falaremos disso no próximo ano e neste momento o espaço com a cedência que foi feita ao Motoclube já encetou o processo de requalificação e de segurança.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, podemos avançar?

Sim, diga rapidamente."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Agradecia que lessem e que prestassem atenção, só uma nota Sr. Presidente de Câmara.

O que estamos aqui hoje a fazer, de acordo com o número um e número dois da proposta final, é reconhecendo o cariz, diz que na condição da aludida desafetação seja aprovado a celebração do contrato de comodato, diz aqui no número dois, o senhor não está muito atento a isto com certeza, portanto, não estamos unicamente a ver a questão da desafetação.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Tem razão, Sr. Membro da Assembleia."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Eu sei que tenho razão."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Nem sempre tem razão."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Eu sei que nem sempre tenho razão, tal como o senhor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, desculpem lá, desculpem lá.

Já percebemos, já percebemos.

Vamos votar?

Sr. Presidente, não vai acrescentar nada já discutimos tudo."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Mas Sra. Presidente, é que a proposta do contrato de comodato continua a ser da Câmara, ainda assim tenho dúvidas jurídicas.

Não tem razão Sr. Membro da Assembleia."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"O PSD/CDS quer acrescentar alguma coisa?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Realmente também ia dizer o mesmo, porque nós já tivemos aqui alguns contratos semelhantes e a Assembleia pronunciou-se sobre as cláusulas dos mesmos, não é?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, não."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Aprova o contrato, vota o contra, autoriza. Ora, ao autorizar, se eu não estiver de acordo com uma questão não estou a votar o contrato em si se não estou de acordo com alguma coisa. Aliás isso viu-se quando discutimos aqui o contrato que os senhores fizeram com a ADREPES na questão da Quinta do Anjo, também pusemos aqui algumas dúvidas.

Agora não temos poderes para que o contrato não seja assim mas podemos dar os nossos contributos, portanto é aprovada a celebração não é aprovado o contrato e é essa a distinção, mas isso não nos inibe, enquanto Membros da Assembleia Municipal que têm poder de vigia sobre o executivo municipal, de nos pronunciarmos e é essa a grande diferença.

Já agora pedia para corrigirem um erro de português no contrato de comodato, na parte a que se referem as parcerias. É que pareceria não está correto é parceria.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu estou convencida, não temos aqui nenhum jurista que possa tirar a dúvida à exaustão, que nós trazemos a desafetação do domínio público só, o texto da proposta da Câmara é que, naturalmente, alude ao desenvolvimento do assunto no pressuposto de que a Assembleia Municipal delibere favoravelmente a desafetação. Agora, em bom rigor, isto até podia vir em dois pontos diferentes, não é, a única dúvida é porque diz que aqui que nestes termos propõe-se tudo o que diz no ponto um e no ponto dois que no pressuposto, estou a falar do texto da proposta da Câmara, de na condição de a aludida desafetação e subsequente afetação ao domínio privado se consumar seja aprovada a celebração e … Mas nós, aqui na Assembleia Municipal, só votamos a desafetação do domínio público, é a minha convicção.

O ponto está bem formulado, o ponto da ordem de trabalhos é a desafetação não é mais nada. É a desafetação do domínio público para a constituição do direito de superfície a favor de.

A **Sra. Carla Oliveira do PS:**

"Uma vez que existem algumas contradições, se calhar só devem ser bem vistas por quem pode corrigir o documento, parece-me que aqui não estamos a aprovar ou deixar de aprovar, foi feita uma chamada de atenção sobre isso e acho que a chamada de atenção só deve ser ouvida e analisada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, mas com isso estamos de acordo.

Oiçam Srs. Membros da Assembleia, tenham paciência, desculpem lá. Acho que o seu ponto ajuda.

É assim, tenham paciência, eu acho que a questão está clara o que nós vamos votar, o que estamos a votar, é a desafetação do domínio público.

Todas as outras questões, naturalmente, eu acho que a Câmara Municipal regista, inclusivamente as correções de português, e cá estaremos da próxima.

Pronto, Sras. e Srs. Membros da Assembleia vamos votar.

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.**

**A Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos ao ponto seguinte, ponto número oito, Ampliação da Escola Básica Matos Fortuna.

Sr. Presidente de Câmara, por favor."

## PONTO OITO – Ampliação da Escola Básica Matos Fortuna e constituição de direito de superfície a favor do Quintajense Futebol Clube

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Trata-se de uma proposta, também, de desafetação do domínio público para integração no domínio privado municipal de uma parcela de terreno, com área de oito mil quinhentos e trinta e um metros, que na prática se pretende que seja constituída em direito de superfície a favor do Quintajense que por seu lado depois, também, vai permitir desanexar uma área de trezentos e trinta e seis metros e cinquenta e um centímetros quadrados para que o Município, isto depois tem que ser anexado, possa proceder à ampliação da escola básica Matos Fortuna.

O Quintajense desde o início manifestou esta disponibilidade para ceder ao Município esta tira de terreno, por seu lado precisava, para ampliação do seu campo de jogos para ter um novo campo de futebol de sete e também potenciar a prática do atletismo através da construção de uma pista, desta área de terreno que confina com o seu estádio e também com a zona da linha de água, local onde irá passar a ciclovia.

A autarquia acolheu esta pretensão e o que se propõe, por isso, à Assembleia a desafetação daquela área do domínio público e integração no domínio privado, porque só depois é que poderá constituir-se o direito

de superfície a favor do Quintajense a incidir, como referimos, sobre a parcela com oito mil quinhentos e trinta e um metros.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta?

Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, a questão da ampliação da escola agora vou ter que dizer que o tempo dá-nos razão, bem como na questão do Palmela Village que o senhor mais atrás referiu e que eu me abstive de comentar porque todos os alertas fizemos em devido tempo, e atempadamente, e não foi só a questão da crise imobiliária que deu origem àquilo tudo. Aliás eu ainda hoje estou para saber aqueles depósitos de água que estão atrás do cemitério o que é que lhes vai acontecer porque ouvi nesta Assembleia uma vez que aquilo estava nas devidas condições.

Mas voltando a isto iremos votar favoravelmente, mas quando à data criticávamos que a autarquia não tinha a dimensão de pensar no futuro aqui está a prova disso, mas votaremos favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PS, por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Obrigada, Sra. Presidente.

Muito rapidamente, claramente, vamos votar a favor mas gostávamos de realçar aqui a disponibilidade, e o interesse, que Quintajense demonstra em querer construir um campo de futebol de sete e uma pista de atletismo. Claramente nós temos algum défice destas instalações desportivas, destes equipamentos desportivos, precisamos deles, o Quintajense tem algum historial que achamos que é importante e é importante que se dê possibilidades aos jovens de fazerem desporto. Congratulamo-nos não só pela ampliação da escola mas também pela associação, ou a facilidade, que essa ampliação tem de permitir ao Quintajense, também, construir estes dois equipamentos.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não há mais pedidos de intervenção, vamos votar."

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.**

**A Sra. Presidente da Mesa:**

"Ponto nove Sr. Presidente, quer apresentar?"

**PONTO NOVE – Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação; Reqte: Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira; Procº E-938/2016; Local: Rua José Afonso, 31 – Pinhal Novo**

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente.

Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação à Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira, que em devido tempo encetou o processo de legalização e ampliação do seu edifício sede e o que se propõe com este reconhecimento de interesse público é que possamos aplicar a isenção prevista no nosso Regulamento e Tabela de Taxas Municipais."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal, alguma questão sobre esta proposta?

Tem a palavra o Partido Socialista."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Pelos motivos anteriormente expostos no ponto três informo que iremos votar favoravelmente esta proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, isso é que é uma declaração de voto.

Mais alguma intervenção? Mais alguma questão?

Vamos votar."

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.**

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Última proposta Sr. Presidente."

**PONTO DEZ – Estabelecimento de zona livre do cultivo de variedades geneticamente modificadas**

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado.

Trata-se de uma proposta também já aprovada em reunião de Câmara e que trazemos aqui a deliberação da Assembleia Municipal no sentido de estabelecermos o nosso concelho como zona livre do cultivo de variedades geneticamente modificadas.

A proposta tem um conjunto de considerandos que dado o adiantado da hora me absteria de ler mas gostaria de sublinhar aqui alguns aspetos importantes.

Palmela é um território que prima pela cultura de produtos endógenos de grande qualidade e prestígio, que, aliás, o município tem vindo a promover tem uma economia local nestas questões do agroalimentar, e não só, de base sustentável. E o eventual cultivo de organismos geneticamente modificados no nosso território, teria um impacte negativo adicional de constituir um risco para o nosso património genético e para o prestígio dos produtos agrícolas e seus derivados.

Não vou aqui falar de questões de saúde pública, etc., etc., mas quero sobretudo, também, sublinhar que foi feito uma consulta nos termos da lei à própria Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, através de edital e também divulgámos através de notícias na internet e partilhadas nas redes sociais para pronúncias no âmbito do edital e que a própria Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal se pronunciou favoravelmente quanto a esta intenção.

Acrescentaria que, felizmente, em vários municípios do país, até a propósito de uma recente discussão sobre o TTIP, o acordo entre os Estados Unidos e a Europa sobre alguns produtos, esta questão esteve de novo em cima da mesa e desde os municípios do Algarve à Madeira, Braga, muitos outros, estão de facto no mesmo caminho e nós consideramos que dado às caraterísticas do nosso território esta vertente da economia, a sua dimensão rural, faz todo o sentido termos também, aliás em alinhamento com o nosso compromisso de mandato, a nossa zona livre do cultivo destas variedades geneticamente transformadas.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta proposta alguma questão?

Tem a palavra o PS."

A **Sra. Carla Oliveira do PS:**

"Muito boa noite a todos, depois de um interregno de mais de seis meses sem estar nesta Assembleia estou de volta e gostaria então de cumprimentar todos os presentes na sala.

Bem, quanto a esta medida pedi a palavra só para dar a nossa opinião e mostrar que estamos de acordo com esta medida.

É uma gota no oceano, infelizmente não podemos fazer muito mais que isto mas se todos fizermos um bocadinho teremos, com certeza, uma parte melhor ou algumas pelo menos contribuiremos para dificultar a vida a algumas empresas de grande dimensão, e que já foram aqui referidas hoje, tal como a Monsanto que agora foi adquirida pela Bayer.

Infelizmente estamos a presenciar a construção de um monopólio que está a gerir um bem muito precioso e essencial à vida, que é a alimentação, e estamos a assistir ao controlo destes grupos por todo o mundo e a deixar que as sementes estejam entregues a empresas poderosíssimas.

Acho que é de louvar que ao nível local se tomem medidas para que os pequenos agricultores possam continuar as suas produções de agricultura tradicional e a trabalhar a terra para daí tirarem o seu rendimento que é uma base de grande sustentabilidade na nossa economia.

Penso que importa também aqui salientar a mais-valia das pequenas produções agrícolas, quer ao nível ambiental quer ao nível da saúde pública, pois incentivando e apoiando esta atividade estamos a contribuir para a diminuição das distâncias de transporte dos produtos e para a frescura dos alimentos consumidos pela comunidade.

No entanto fica aqui a dúvida de como é que vai ser verificado o cumprimento desta medida por parte do Município, se é o Município que tem esta responsabilidade ou quem é que o poderá depois verificar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra a CDU, por favor."

A **Sra. Cristina Moura da CDU:**

"No nosso entender dada a sua transversalidade esta discussão carece de uma reflexão dada a interligação, também, com as zonas livres de glifosatos.

Este assunto já foi falado aqui nesta Assembleia e nunca é demais falar sobre esse assunto, senão veja-se as empresas que produzem os OGM's são as mesmas empresas que comercializam os fitofármacos mantendo estes organismos livres da competição ambiental natural, supostamente sem qualquer nível de impacte ambiental.

Existem estudos amplamente divulgados que comprovam o contrário e que refutam a suposta estanquicidade dos fitofármacos aplicados podendo ocorrer absorção foliar, ou no caso dos animais pela pele, e assim entram na cadeia alimentar contaminado os nossos solos e aquíferos indiretamente.

O efeito residual destes produtos faz com que a sua aplicação deva ser ponderada e que o processo de adaptação dos municípios a práticas livres de glifosatos, e de OGM's, seja uma realidade nem sempre fácil pois no caso dos fitofármacos os meios de controlo das infestantes são bastante onerosos e com efeitos de curta durabilidade.

Assim sendo o que dizer quando estamos a alimentar as futuras gerações com espécies vegetais e animais mantidas à base de antibióticos e herbicidas intrínsecos nas componentes estruturais. A solução passa por manter a nossa soberania alimentar promovendo práticas agrícolas sustentáveis que incentivem a manutenção da biodiversidade, o consumo local bem como o fomento de espécies vegetais e animais regionais como forma de promover o nosso banco genético regional, como é o caso da maçã riscadinha ou da laranja moscatel.

Assim sendo o nosso voto vai ser favorável."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada.

Tem a palavra o Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Mais uma vez, boa noite Sra. Presidente.

Por último mas não menos importante dizer que nós no Bloco acolhemos de bom grado esta proposta que a Câmara aqui nos trás e lamentamos o facto de outras propostas, em particular a do glifosato, que nós trouxemos aqui a esta casa tivesse tido resistência por parte do Sr. Presidente da Câmara.

Também não compreendemos a animosidade com que o Sr. Presidente da Câmara se dirige ao Bloco quando, à semelhança de outros camaradas do seu partido, diz que vai imputar ao Bloco de Esquerda a compra da Monsanto por parte da Bayer.

Permita-me Sr. Presidente, isso para mim roça o ridículo e é tudo.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Falta a intervenção do PSD/CDS."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Só para referir que nós iremos votar favoravelmente esta posição, sendo certo que reconhecemos naquilo que disse o Sr. Deputado Municipal Carlos Oliveira razão de ser ou seja, nós se temos dúvidas, se há estudos que estão a ser feitos relativamente à questão dos alimentos transgénicos, se queremos manter o nosso concelho livre desse tipo de produtos também devemos ter cuidado com outros produtos que podem ter efeitos nocivos sobre o ambiente, nomeadamente ao nível de contaminação de solos. Acho que esse cuidado, também, deve merecer a nossa atenção.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sr. Presidente quer intervir?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, sobre a proposta está tudo dito.

Sobre a questão do glifosato eu acho que há aqui sobretudo dificuldade em entender o assunto, porque nós também não somos a favor do glifosato. Agora éramos a favor de um tratamento mais sério desta questão, porque ainda hoje estamos à espera de um conjunto de estudos e defendemos, mas isso competiria à minha bancada falar nisto, com um projeto de lei na Assembleia da República um caminho completamente diferente daquele que foi defendido por outras bancadas. E essas outras bancadas quando falam em animosidade, deviam olhar um bocadinho para as suas declarações na comunicação social e o que na sua estratégia de isolar o PCP se há alguma coisa que foi, de facto, eficaz foi o glifosato porque encarregaram-se de intoxicar a opinião pública com esta questão e, portanto, essa é outra matéria que não vale a pena discutirmos aqui hoje mas remeto para o *post* do meu camarada Miguel Tiago e para as suas intervenções na Assembleia da República onde poderá perceber que, de facto, somos diferentes e tratamos das coisas com mais seriedade e com menos populismo.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sobre a proposta, vamos votar."

**Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezoito da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.**

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas zero horas e cinquenta e nove minutos do dia trinta de setembro de dois mil e dezasseis, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, trinta de setembro de dois mil e dezasseis.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete